



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



CURSO DE PEDAGOGIA

ANNE JAKELINE GOMES DE LIRA

**PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: DA TEORIA
ÀS PRÁTICAS EM SALAS DE AULA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE
PIRANHAS**

**CAJAZEIRAS – PB
2016**

ANNE JAKELINE GOMES DE LIRA

**PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: DA TEORIA
ÀS PRÁTICAS EM SALAS DE AULA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE
PIRANHAS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande - Campus de Cajazeiras/PB, como requisito parcial para obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes

**CAJAZEIRAS - PB
2016**

ANNE JAKELINE GOMES DE LIRA

**PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: DA TEORIA
ÀS PRÁTICAS EM SALAS DE AULA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE
PIRANHAS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da
Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação
de Professores da Universidade Federal de Campina
Grande - Campus de Cajazeiras/PB, como requisito
parcial para obtenção do título de Graduada em
Pedagogia.

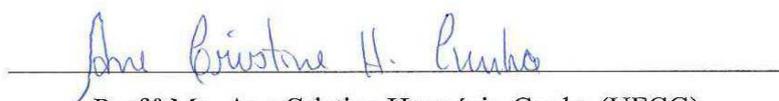
Monografia aprovada em: 05/10/2016

BANCA EXAMINADORA



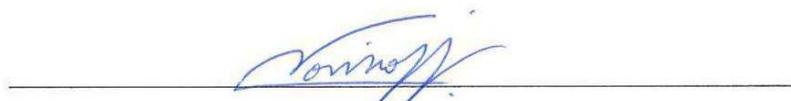
Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes (UFCG)

(Orientador)



Prof.^a Ma. Ane Cristine Hermínio Cunha (UFCG)

(Examinadora Titular)



Prof.^a Dra. Cristina Novikoff (UFCG)

(Examinadora Titular)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

L768p Lira, Anne Jakeline Gomes de.
Programa Nacional de Alfabetização na idade certa: da teoria às práticas em salas de aula no município de São José de Piranhas / Anne Jakeline Gomes de Lira. - Cajazeiras, 2016.
86p. : il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes.
Monografia (Graduação em Pedagogia) UFCG/CFP, 2016.

1. Alfabetização. 2. PNAIC. 3. Prática Pedagógica. 4. Docentes Alfabetizadoras. I. Lopes, Wiama de Jesus Freitas. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 37.014.22

A toda minha família pelo apoio

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus pelo dom da vida e por me dar força para enfrentar os desafios do dia a dia.

À minha amada mãe **Maria Cleonildes Gomes Lira (Nilda)**, por me apoiar na realização de todos os meus sonhos.

Ao meu pai **Marcos Antônio Araújo Lira (Marquinhos)**, pelo esforço e pela dedicação que teve para me ver alcançando a realização deste sonho.

Aos meus irmãos **Allan Marcos Gomes Lira e José Antônio Gomes Lira**, com que compartilho tristezas, alegrias e conquistas.

À **Felipe Pereira de Lira**, meu noivo pelos incentivos e pelo apoio nos momentos de alegrias e angustias que surgiram no decorrer desse percurso.

A todos os docentes da Unidade Acadêmica de Educação do CFP-UFCG, por contribuírem na minha formação profissional e também pessoal.

A minhas colegas de sala de aula e também amigas e confidentes **Kênia Rodrigues, Suelânia Estrela, Aparecida Medeiros e Alzira Parnaíba** pela colaboração na ampliação dos meus conhecimentos e pelos conselhos.

Ao meu orientador Wiama de Jesus Freitas Lopes pela disposição em me orientar, pelas aprendizagens adquiridas.

As duas escolas públicas da Cidade de São José de Piranhas pelo acolhimento e colaboração com a pesquisa.

A todas as professoras, as orientadoras de estudo e a coordenadora pedagógica pela disponibilidade em participarem desta pesquisa.

A cada um e a cada uma que me ajudaram e me fizeram chegar até aqui.

Obrigada.

Anne Jakeline Gomes de Lira

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político.

Paulo Freire

RESUMO

Essa monografia intitulada “Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa: da teoria às práticas em salas de aula no município de São José de Piranhas”, tece algumas considerações em torno do tema Política Nacional de Alfabetização. Tem como questão de pesquisa a necessidade de se compreender de que modo a alfabetização preconizada pelo Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) vem sendo implementada no município de São José de Piranhas - PB. Consiste em uma investigação de como acontece às práticas pedagógicas das docentes alfabetizadoras do PNAIC nos três primeiros anos do ensino fundamental tendo em vista, o percurso de correspondência da teoria às práticas de alfabetização à luz do que preconiza o PNAIC. As discussões teóricas mostraram o contexto da criação do PNAIC, os conceitos de alfabetização e letramento na concepção do PNAIC, de Magda Soares (2012) e de Paulo Freire (2009; 2005; 2009). A pesquisa realizou-se tomando como base a metodologia qualitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi uma entrevista semiestruturada aplicada junto a seis professoras do PNAIC de duas escolas públicas do município de São José de Piranhas - PB, bem como com as duas orientadoras de estudo e a coordenadora pedagógica do referido Programa. Este estudo amplia as discussões sobre a relevância do processo de alfabetização nos três primeiros anos do ensino fundamental. Os resultados da investigação mostram que as educadoras entrevistadas desenvolvem suas práticas educativas seguindo preponderantemente a concepção de alfabetização do PNAIC, limitando-se ao que lhes é imposto por um Programa educacional abandonando assim, a concepção de alfabetização como uma política de interação com o mundo defendida por Freire.

PALAVRAS-CHAVE: PNAIC. Letramento. Alfabetização. Paulo Freire.

ABSTRACT

This monograph entitled "National Program for Literacy at the Right Age¹: from theory to practice in classrooms in São José de Piranhas", presents some considerations about the theme National Literacy Policy. Its research question the necessity of understand how literacy recommended by the National Program for Literacy at the Right Age (PNAIC) has been implemented in São José de Piranhas - PB. It consists in a research of how it works the pedagogical practices of literacy teachers of PNAIC in the first three years of elementary school, considering the correspondence progress from theory to literacy practices in light of what is recommended by the PNAIC. The theoretical discussions showed the context of the creation of PNAIC, literacy and initial reading instruction concepts in the design of PNAIC, Magda Soares (2010, 2012) and Paulo Freire (1996; 2005; 2009). The research was realized based on the qualitative methodology. The data collection instrument used was one semi-structured interview applied with six PNAIC teachers of two public schools in São José de Piranhas – PB, as well as the two guiding study and the pedagogical coordinator of the program. This study extends the discussions on the relevance of literacy process in the first three years of elementary school. The research results show that the teachers interviewed develop their educational practices following mainly the design of PNAIC literacy, limited to what is imposed on them by an educational program abandoning thus the conception of literacy as an interaction policy with the world defended by Freire.

KEY-WORDS: PNAIC, Literacy. Initial Reading Instruction. Paulo Freire.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Demonstrativo faixa etária das educadoras entrevistadas.....	43
Gráfico 2- Demonstrativo de tempo de atuação na área.....	44
Gráfico 3- Demonstrativo de tempo de atuação das docentes pesquisadas em seu campo de atuação profissional.....	45
Gráfico 4- Demonstrativo da formação inicial das educadoras entrevistadas.....	46
Gráfico 5- Demonstrativo da formação em nível de pós-graduação das educadoras pesquisadas.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Demonstrativo dos resultados de desempenho observados no IDEB de 2009-2015.....	35
Tabela 2 - Demonstrativo dos dados das docentes da escola campo 1.....	41
Tabela 3- Demonstrativo dos dados das docentes escola campo 2.....	42
Tabela 4- Demonstrativo das informações das orientadoras e da coordenadora.....	42

LISTA DE SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PAIC	Programa de Alfabetização na Idade Certa
PIP	Programa de Intervenção Pedagógica
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNAIC	Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEIF/MEC	Secretária de Educação Infantil e Fundamental do Ministério da Educação
SEA	Sistemas de Escrita Alfabética
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	16
1.1 Alfabetização e Letramento na perspectiva do PNAIC e de Magda Soares.....	21
1.2 Alfabetização sob a ótica de Paulo Freire.....	26
CAPÍTULO II - DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO PROPOSTOS PELO PNAIC ÀS PRÁTICAS DAS EDUCADORAS EM SALA DE AULA	32
2.1 Procedimentos metodológicos do estudo.....	33
2.2 <i>Locus</i> da pesquisa.....	35
2.2.1 Conhecendo o município de São José de Piranhas.....	35
2.2.2 Escola 1.....	37
2.2.3 Escola 2.....	39
2.3 Os sujeitos da pesquisa.....	41
2.4 Aplicação do trabalho.....	47
2.5 Concepção das educadoras sobre o processo de implementação do PNAIC.....	48
CAPÍTULO III - O CONTEXTO DAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS EDUCADORAS DOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	
APÊNCIE A – Roteiro de entrevista	
APÊNCIE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização é um tema que vem sendo discutido em diversos segmentos e por pesquisadores de diversas áreas. Por sua vez, no decorrer dos últimos anos vêm sendo desenvolvidos no Brasil diversos Programas educacionais com foco na alfabetização, dentre estes destaco o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), implementado no Brasil a partir de 04 de julho de 2012 de acordo com a portaria nº 867/12 (BRASIL, 2012). O qual visa assegurar que todas as crianças das escolas municipais, estaduais, urbanas e rurais, brasileiras estejam alfabetizadas em língua Portuguesa e Matemática até os 08 (oito) anos de idade, ao final do 3º ano das séries iniciais do ensino fundamental.

Diante deste contexto, tal trabalho monográfico tem como objeto de estudo relações entre teoria e práticas educativas do PNAIC, em uma rede pública de ensino municipal. Isso, quanto à análise dos limites e potencialidades da dinâmica de trabalho docentes frente à alfabetização à luz da proposta de ensino desse Programa. Isso deve-se em função de se apontar avanços e entraves nas possibilidades e estruturas de alfabetização necessárias no dia a dia da ação educativa nos anos iniciais do processo de escolarização. Sendo assim, é preciso compreender as concepções desse Programa acerca da alfabetização e letramento, fundamentalmente demarcando a diferença dessa compreensão entre Magda Soares e Paulo Freire.

Considerando que, alfabetização para Freire (2009) refere-se ao domínio da palavra mundo para a qualificação de um projeto de alteração das condições de vida, ou seja, a alfabetização é uma expressão política de formação do ser humano em prol do domínio das capacidades e de condições de interação e de transformação do mundo. Para Soares (2012) deve-se alfabetizar “letrando”, isto é, alfabetizar a criança para que esta possa ser capaz de escrever palavras e ler palavras, escrever sentenças e ler sentenças para então ser capaz de escrever seu próprio texto e ter a capacidade de sistematizar a língua oral em língua escrita e descobrir na língua escrita a língua oral. Sendo assim, criança alfabetizada é aquela que ler de forma interpretativa e em seguida expressa o conhecimento obtido através da escrita. Sem que, necessariamente, esse movimento tenha a ver com a transformação do mundo. E o PNAIC usa a concepção de letramento da Soares (2012). Por sua vez, a concepção de letramento tem sido elaborada distanciando-se da perspectiva de transformação do mundo na

direção da instrumentalização para interação no e para o mundo dado. Sem necessariamente a intenção de empoderamento na direção de um coletivo.

Dessa forma, tendo em vista que, o PNAIC é um Programa que está voltado especificamente ao processo de alfabetização e letramento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental, e que esse processo acontece de acordo com as práticas desenvolvidas pelos docentes junto aos discentes em sala de aula, é relevante ampliar a discussão sobre como acontece esse processo de alfabetização a partir desse Programa. Isso retoma a questão problema desta pesquisa: De que modo a alfabetização preconizada pelo PNAIC vem sendo implementada, no município de São José de Piranhas - PB? Buscando responder a tal questionamento delineou-se o objetivo geral desse trabalho monográfico: Analisar as concepções de alfabetização preconizadas pelo PNAIC e sua implementação no município de São José de Piranhas.

Tal estudo parte-se assim, da premissa de analisar como as docentes compreendem e desenvolvem suas práticas educativas a partir da proposta do PNAIC. Assim, os objetivos específicos desse trabalho visaram: compreender as concepções do PNAIC acerca de alfabetização e letramento; caracterizar os desafios e entraves da implementação do PNAIC, em relação à prática educativa dos processos de alfabetização dos educandos dos três primeiros anos do ensino fundamental e refletir acerca das possibilidades de superação quanto aos desafios e entraves da implementação do PNAIC, em relação às práticas dos processos de alfabetização dos educandos dos três primeiros anos do ensino fundamental.

O interesse por tal temática surgiu a partir do momento em que comecei a trabalhar como técnica administrativa na secretaria de educação do município de São José de Piranhas, no ano de 2013, ano em que o município aderiu ao Programa do PNAIC. Assim, tive a oportunidade de participar de algumas das formações oferecidas as docentes alfabetizadoras e também participei de uma culminância que aconteceu no final do ano letivo de 2015. Nessa culminância os professores apresentaram o trabalho desenvolvido com os alunos do PNAIC no decorrer do ano letivo.

Espera-se que tal estudo contribua para uma melhor compreensão sobre o PNAIC, assim como, será relevante para compreendermos como este Programa, o qual chega ao âmbito escolar totalmente fechado, isto é, o cerne desse Programa não pode ser modificado, e sim executado, está sendo desenvolvido nas salas de aulas do município de São José de Piranhas. Portanto, busca-se demonstrar através da pesquisa realizada junto aos professores, orientadores de estudo e coordenadora do PNAIC, o que estas entendem desse Programa e como desenvolvem seus trabalhos em sala de aula a partir do que é preconizado por ele. Logo,

é fundamental o desenvolvimento de uma prática docente a partir de posturas críticas e reflexivas frente aos Programas educacionais que lhes são impostos. Para tanto, faz-se necessário um estudo aprofundado tanto das docentes quanto das orientadoras e da coordenadora sobre os conceitos e definições preconizados pelo PNAIC sobre o processo de alfabetização e, por conseguinte, reverem suas práticas de forma crítica no que tange as peculiaridades do PNAIC. Para tanto, utilizou-se como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa e a pesquisa de campo com caráter exploratório.

Desse modo, o presente trabalho está organizado em três capítulos o primeiro deles **“O contexto da criação do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa”**. Neste apresenta-se o processo de implementação de Programas anteriores ao PNAIC que não obtiveram êxito, dos Programas que subsidiaram a proposta do PNAIC assim como, as discussões teóricas em torno da alfabetização centrada no letramento na perspectiva do próprio PNAIC de Soares e, em contrapartida descreve-se a metodologia de Freire. Reflete-se, ainda, sobre a diferença de conceitos existentes na concepção da Soares e do Freire no que tange o processo de alfabetização. Discute-se a partir de então, a relevância dos docentes compreenderem as concepções desses autores sobre a alfabetização por consequência refletirem suas práticas educativas de maneira crítica.

O segundo capítulo, **“Dos processos de alfabetização propostos pelo PNAIC às práticas das educadoras em sala de aula”** constitui-se de uma reflexão sobre as discussões envidadas no primeiro capítulo bem como, acerca da importância dos professores alfabetizadores dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas planejar suas práticas educativas. Em um segundo momento, realiza-se a caracterização das escolas que foram feita tal pesquisa bem como, dos sujeitos entrevistados, a partir de então, começa-se fazer uma reflexão inicial sobre as concepções das educadoras sobre o processo de implementação do PNAIC.

No terceiro capítulo **“O contexto das práticas de alfabetização e letramento das educadoras dos três primeiros anos do ensino fundamental”**, fomenta-se as discussões sobre as possibilidades de superação dos desafios e entraves na implementação do PNAIC no que tange as práticas educativas dos docentes dos três primeiros anos do ensino fundamental, no qual evidencia-se que os docentes pesquisados, na sua maioria, apresentam ter domínio da proposta do PNAIC e fundamentam-se suas práticas à luz do que este Programa preconiza como sendo fundamental para que até os oito anos de idade as crianças estejam alfabetizadas. Busca-se relacionar tal realidade a fragilidade dos docentes em seguir apenas o que lhes é imposto por um Programa educacional assim, ao longo das análises realizadas a partir dos

dados coletados discute-se além, da proposta do PNAIC sobre alfabetização e letramento a proposta política de alfabetização defendida por Freire.

CAPÍTULO I - O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

No decorrer da história educacional do Brasil, estão presentes as marcas de uma educação básica pública ineficiente, em que muitos alunos concluem o ciclo de alfabetização sem estarem alfabetizados, sem saber ler e escrever com eficiência, bem como, sem saber fazer o uso dos conhecimentos adquiridos no processo de alfabetização em sua vida profissional, política ou social. Isso tem uma relação direta com a perspectiva de alfabetização adotada até então, centrada no ensino quase restrito da gramática descritiva e prescritiva e descontextualizada da realidade social do uso da língua; na concepção limitada de linguagem.

Em decorrência desse inadequado desempenho dos alunos na apropriação da lecto-escritura amplia-se no cenário brasileiro atual, a preocupação com a alfabetização, assim como com a elaboração de políticas públicas com vistas a melhorar o quadro educacional brasileiro, no que tange à alfabetização, especialmente, porque um dos maiores problemas do processo educacional reside exatamente na base da alfabetização dos educandos.

Concomitante a isso, ocorreram mudanças estruturais no processo educacional brasileiro, como pode ser visto com a nova configuração etária, ou seja, a ampliação do Ensino Fundamental para os nove anos, defendida pela Lei nº 11.274 de 06 de Fevereiro de 2006, acrescentando assim, um ano a mais na fase da alfabetização, isto é, a partir dessa lei o ingresso das crianças nas escolas de nível Fundamental I passou a ser aos seis anos de idade.

Foi a partir dessas premissas e contextos que surgiu o processo de elaboração do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)¹. No entanto, antecedem a proposta do PNAIC programas como: “Programa toda Criança Aprendendo”; “Rede Nacional de Formação Continuada” e o “Pró-Letramento” o qual serviu como importante referência para a implementação do PNAIC. Vale destacar, que todos esses programas citados tem como tarefa precípua a formação dos professores alfabetizadores.

Nesse período de reconfiguração do cenário educacional, foram feitas, também, diferentes avaliações de larga escala sobre o nível de alfabetização do Brasil. Com isso, houve um aprofundamento tanto na concepção, quanto no desdobramento de implementação dos processos de alfabetização. O que levou, por exemplo, ao entendimento de letramento na base da competência de se alfabetizar. Isso porque as pesquisas referentes ao analfabetismo no Brasil divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostravam que

¹ Conforme pode ser averiguado nos documentos oficiais de concepção e implementação do PNAIC em nível nacional disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/2012-09-19-19-09-11>

no ano de 2009 a taxa de alfabetismo no Brasil, foi de 9,7%, isto é, 14,1 milhões de pessoas e a taxa de analfabetismo funcional, foi estimada em 20,3%.

Na concepção de Soares (2010), o conceito de alfabetismo funcional diz respeito à adaptação, ou seja, o ser humano usa dos conhecimentos da leitura e da escrita para participar das atividades do dia a dia, como dirigir, fazer compras, fazer ligações dentre outras coisas. Nesse sentido, é funcionalmente alfabetizada a pessoa capaz de interagir, com a sociedade a qual faz parte.

Partindo desse contexto, o Ministério da Educação (MEC) ao buscar novos direcionamentos para a educação brasileira propôs a implementação de Programas de formação continuada para os professores alfabetizadores, com o intuito de otimizar práticas curriculares concernentes aos aportes teórico-metodológicos de alfabetização. Nesse sentido, o debate sobre o processo de formação de professores na perspectiva de competências dos docentes alfabetizadores antecedeu as propostas mais delineadas do PNAIC.

Na busca intensiva por uma educação de qualidade foram criados alguns outros Programas anteriores ao PNAIC que, por contingência de momentos político-econômicos ou de consistência técnico-política, nem todos tiveram êxito. Como foi o caso do Programa “Toda Criança Aprendendo”, deflagrado no ano de 2003.

Portanto, é importante apresentar de forma suscita um pouco do histórico das propostas de Programas que antecederam o PNAIC para que se possa ampliar nossa compreensão sobre tais propostas de base e seu ideário de alfabetização no País. Assim, é relevante buscarmos compreender as mudanças ocorridas no processo de constituição da alfabetização, como a contribuição das políticas públicas Educacionais no Brasil.

Nesse sentido, a alfabetização frequentemente caracterizou-se como eixo norteador nos discursos dos Projetos e Programas referentes à melhoria da qualidade da educação pública no País. Sob essa perspectiva, no ano de 2003 o MEC apresentou o “Programa toda Criança Aprendendo”. Tendo em vista as seguintes matrizes de referências: (1) Implementação de uma política que valorizasse a formação continuada dos professores das series iniciais do ensino fundamental; (2) ampliação do atendimento escolar, incluído as crianças do ensino fundamental; (3) apoio a construção de sistemas estaduais de avaliação da educação pública; (4) implementação de programas de apoio ao letramento, (BRASIL, 2003).

Com o declínio deste Programa, surge também a descontinuidade de Políticas Educacionais da qual padece o Brasil, sendo que o ponto de estrangulamento dessa iniciativa governamental veio com a criação da “Rede Nacional de Formação Continuada” a partir do Edital nº 01/2003 da Secretária de Educação Infantil e Fundamental do Ministério da

Educação (SEIF/MEC), portaria nº 1.403, tendo como finalidade contribuir com o ensino de qualidade e, conseqüentemente com o aprendizado dos estudantes. Para tanto, houve um amplo processo de articulação entre os órgãos gestores, tanto dos sistemas de ensino quanto das instituições de formação. Nesse caso, em particular, as universidades que ficaram responsáveis pelo desenvolvimento de Programas de formação continuada para os professores ou gestores, bem como pelo desenvolvimento tecnológico (BRASIL, 2003).

Em face às dificuldades dos Programas anteriores, em 2005 e, fundamentalmente, devido às recomposições de grupos e agentes de secretarias básicas do MEC, ocorridas com as mudanças de ministros e/ou de altos escalões ministeriais, o MEC lança o Programa Pró-Letramento. Por sua vez, este Programa era oferecido a todos os professores dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas. Sua modalidade era semipresencial. Contando com atividades presenciais e a distância. Vale ressaltar que estas atividades eram sempre acompanhadas por orientadores de estudo ².

Soma-se a isto, os principais objetivos do Pró-Letramento que eram: oferecer suporte as ações pedagógicas dos professores, dos anos iniciais do ensino fundamental, com o intuito de elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos em língua Portuguesa e Matemática e oferecer formação continuada aos docentes sob a égide do suporte às ações pedagógicas de maiores e melhores qualificações das competências alfabetizadoras dos educadores dos anos iniciais. (BRASIL, 2010).

Outrossim, este Programa era coordenado pelo MEC e realizado em parceria com as universidades integrantes do Programa “Rede Nacional de Formação Continuada”, além disso, contava com adesão dos estados e municípios. De acordo com essa perspectiva, é notório que tanto este Programa quanto os demais citados acima se referem a Programas que preconizam a formação continuada de educadores como um dos eixos primordiais. De acordo com o caderno de apresentação do PNAIC,

o MEC considerou o programa bem sucedido e, ao analisar, após sua implantação, as informações sobre as avaliações dos alunos a partir de mensurações pelo Instituto Nacional de estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), constatou que os novos índices indicavam melhoria nos resultados dos estudantes. Esse fato foi uma referência importante para a implementação do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (BRASIL 2015, p. 15).

² Estes orientadores eram professores efetivos, designados a esta função pela Secretaria Municipal de Educação do Município. No entanto, para atuar com orientadores os professores precisariam apresentar alguns requisitos como: ser licenciado em pedagogia; ser efetivo; ter experiência no mínimo de cinco anos como professor da rede pública de ensino e ter cadastro na plataforma Freire.

Com o melhor desempenho dos alunos o Programa Pró-Letramento conseguiu, de certa forma alcançar seu objetivo que era favorecer oportunidades de ensino aos estudantes para que estes fossem capazes de aumentar seu desempenho na apropriação da língua Portuguesa e Matemática, obtendo assim, êxito e conseguindo obter bons resultados nas avaliações feitas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Por esse motivo este programa foi referência na implementação do PNAIC.

Bem como, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)³, que conforme Marques, et al. (2009) foi criado no ano de 2004, pelo Governo do Estado do Ceará, com o intuito de superar o analfabetismo escolar. Para tanto, tinha como meta oferecer um ensino de qualidade; promover acompanhamento pedagógico; educação infantil; competências técnicas nas áreas de avaliação e gestão municipal. Por sua vez, seu principal objetivo estava pautado em alfabetizar até o final do 2º (segundo) ano das séries iniciais do ensino fundamental os alunos da rede pública de ensino.

Outro aspecto fundamental que serviu de orientação na implementação do PNAIC, foram às orientações constitucionais previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, as quais priorizam uma alfabetização que garanta os direitos da criança e/ou adolescente de aprender, bem como desenvolver o exercício da cidadania. Seguindo esse pressuposto, o PNAIC incorporou essa demanda e procura desenvolver uma educação voltada a todos os cidadãos, como também o reconhecimento e valorização das mais diferentes culturas.

Nesse sentido, é função da instituição escolar garantir aos estudantes o direito de uma aprendizagem consistente e significativa, para que estes possam ao final de cada ciclo de alfabetização apreender os conhecimentos necessários com sucesso e ter, consigo estruturas cabais tanto para o prosseguimento nos estudos quanto para suas inserções consolidadas no mundo do trabalho e nas relações democráticas em seus processos de socialização. Visto que, a função da escola é garantir que os estudantes tenham capacidade de apropriar-se de conhecimentos diversos para transformar às questões sociais, políticas, econômicas e culturais presentes na sociedade da qual fazemos parte.

Não obstante, acompanha esse processo a necessidade de institucionalização do ciclo de alfabetização presente na meta 05 (cinco) do Plano Nacional de Educação (PNE) nº

³ Para mais informações sobre o PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa acesse: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/>.

13.005, o qual determina que é preciso: “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”, conforme Brasil (2014, p. 10). Trata-se, portanto, de em sentido amplo, garantir o direito à aprendizagem, ou seja, a alfabetização plena a todas as crianças, até o final do ciclo de alfabetização.

Concomitante, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica preconiza no Art. 30 que os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar: I - a alfabetização e o letramento; II - o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia; III - a continuidade da aprendizagem da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do ano para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro (BRASIL, 2013, p. 137).

Dessa forma, diante dos diagnósticos negativos em relação o processo de alfabetização das crianças até os oito anos de idade, apontados pela Prova Brasil, Provinha Brasil e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), e em atendimento à portaria nº 867, de 4 de Julho de 2012, foi lançado o PNAIC em 8 de Novembro de 2013. Assim, o PNAIC tem o compromisso juntamente com os governos de diferentes da federação de: I - alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática; II - realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental e III - no caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

Logo, o PNAIC é uma ação do MEC articulada ao Governo Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios, os quais buscam assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 08 (oito) anos de idade, ao final do 3º (terceiro) ano das séries iniciais do ensino fundamental (BRASIL, 2015). Para tanto, estes órgãos oficiais buscam oferecer recursos para formação dos professores alfabetizadores, incentivo para estes participarem das formações, bem como, distribuição de materiais didáticos voltados à alfabetização e o letramento, disponibilização de recursos digitais e implementação de sistemas de avaliação, gestão e monitoramento.

Nessa perspectiva, é pertinente dizer que, o PNAIC tem como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores, os quais tem a função de auxiliar os estudantes no que diz respeito à formação destes para o exercício da cidadania. No entanto,

para que essa função seja exercida, é fundamental que o professor ter clareza do que ensina como ensinar e sobre qual concepção de alfabetização sua prática está inserida.

Haja vista que, na concepção do PNAIC o ciclo de alfabetização deve acontecer na faixa etária dos 6 a 8 anos de idade, ou seja, é estabelecido um período de três anos do ciclo de alfabetização para que a criança e/ou o aluno compreenda o sistema de escrita alfabética e, então, possa ser capaz de ler e escrever, bem como fazer o uso desse sistema nas diversas situações comunicativas. Nesse período o processo de alfabetização das crianças não deve ter interrupção.

1.1 Alfabetização e Letramento na perspectiva do PNAIC e de Magda Soares

O termo “alfabetização” refere-se a um conceito conhecido por muitos como a ação de ensinar a ler e escrever. Porém, o que realmente significa saber ler e escrever? No decorrer de nossa história, questionamento como esse feito anteriormente foram tornando-se mais recorrentes entre estudiosos, pesquisadores, professores e educadores. Com isso, foram surgindo novas ideias, novos fatos, bem como novas maneiras de compreender a presença da escrita no mundo. A partir de então, as definições sobre a alfabetização se ampliaram passando a envolver principalmente, a partir da metade da década de 1980, um novo termo: o “Letramento”.

Soares (2012) afirma que o termo letramento surgiu porque um novo fato apareceu e, então, precisávamos de um nome para ele. Ainda na concepção de Soares (2012) a palavra letramento é uma versão para o Português da palavra Inglesa *literacy* a qual significa estado ou condição de ser “letrado”, ou seja, sabe ler e escrever, como também, praticar a leitura e a escrita. Assim,

há, sim uma diferença entre saber ler e escrever, ser *alfabetizado*, e viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, ser *letrado*. [...] Ou seja: a pessoa que aprende a ler e escrever – que se torna *alfabetizada* – e que passa a fazer o uso da leitura e da escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita – que se torna *letrada* – é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever – é analfabeta – ou, sabendo ler e escrever, não faz o uso da leitura e da escrita – é *alfabetizada*, mas não é *letrada*, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita. SOARES (2012, p. 36).

Desse modo, por se viver em uma sociedade “grafocêntrica”, pode-se dizer que uma pessoa alfabetizada não necessariamente seja uma pessoa letrada e vice-versa, pois uma

pessoa pode ser letrada, fazer uso social da leitura e da escrita, sem, necessariamente, ser alfabetizada (compreender ornamentos normativos do código linguístico). Isso porque alfabetizada é a pessoa e/ou indivíduo que sabe ler e escrever, no entanto, uma pessoa letrada não somente sabe ler e escrever, como também sabe usar e praticar a leitura e a escrita em diferentes contextos. Assim, o ser humano que aprende a ler e a escrever, bem como a fazer o uso social da leitura e da escrita transforma-se em um indivíduo diferente adquire outra condição tanto no aspecto social, cultural quanto no aspecto cognitivo, linguístico.

Ou seja, a pessoa socialmente e culturalmente letrada pode vir a mudar a forma de se relacionar com o outro, com os bens culturais, pode vir a mudar a forma de viver na sociedade, assim como, também torna-se cognitivamente e linguisticamente diferente, passando a pensar e falar diferente das pessoas “iletradas” “analfabetas”. O PNAIC, nessa linha de pensamento, adota uma concepção de alfabetização na perspectiva do letramento. Isto é, a criança precisa dominar o sistema de escrita alfabética, porém, precisa também fazer uso desse sistema em diferentes situações comunicativas de forma autônoma, assim como é um processo de alfabetização sem interrupção nos três primeiros anos do ensino fundamental. De acordo com o Caderno de Apresentação Formação do Professor Alfabetizador do PNAIC. Haja vista que,

o papel da escola, quando se trata do processo de alfabetização, é ensinar o sistema de escrita e proporcionar condições de desenvolvimento das capacidades de compreensão e produção de textos orais e escritos. Isto é, desde os primeiros anos de escolarização, espera-se que os docentes planejem situações de escrita que, ao mesmo tempo favoreçam a aprendizagem do funcionamento da escrita alfabética e possibilitem o acesso aos textos escritos de modo a garantir a inserção social em diversos ambientes e tipos de interação (BRASIL 2012, p. 26).

Desse modo, um indivíduo plenamente alfabetizado não é aquele que tem somente a capacidade de ler e escrever textos, palavras, ou seja, dominar os rudimentos da leitura e/ou escrita, à prática de codificar e decodificar o código linguístico. Espera-se de uma pessoa alfabetizada a capacidade de, ler e escrever em diferentes contextos sociais, para que esta possa, então, inserir-se no mundo letrado. Tendo em vista que vivemos em um mundo que exige sujeitos cada vez mais conhecedores das diversas linguagens.

De acordo com essa perspectiva, o processo de alfabetização exige do professor um maior esforço. Não é que seja um trabalho difícil, porém requer do alfabetizador tempo, dedicação e estudo. Isso porque o professor precisa fazer com que os alunos leiam e escrevam

de acordo com o sistema alfabético, de forma que estes possam compreender e expressar os significados encontrados na leitura, através da escrita e/ou da fala. Segundo Soares (2010),

a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Não se consideraria “alfabetizada” uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos visuais em símbolos sonoros, “lendo”, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas, como também não se consideraria “alfabetizada” uma pessoa incapaz de, por exemplo, usar adequadamente o sistema ortográfico de sua língua, ou expressar-se por escrito (SOARES 2010, p. 17).

Assim, do ponto de vista cognitivo, linguístico para que a criança aprenda ler escrever é necessário que ela primeiramente aprenda a fazer relações adequadas entre os sons com as letras e com os grafemas. Isso porque sabe-se que de acordo com nosso sistema ortográfico não se pode escrever como fala-se. Dessa forma, em sentido pleno o processo de alfabetização não é, e nem pode ser uma mera tradução da linguagem oral para linguagem escrita. Outrossim, a criança aprende a ler e a escrever, lendo e escrevendo. Isso nos remete a um conceito de alfabetização centrada no Letramento. Desse modo,

alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES 2012, p. 47).

Sendo assim, os conceitos de alfabetização e letramento envolvem duas aprendizagens distintas. Porém, é relevante destacar que tanto o processo de alfabetização quanto o processo de letramento precisam ocorrer ao mesmo tempo, embora tendo processos cognitivos e processos de ensino específicos estes precisam ocorrer simultaneamente no processo de aprendizagem inicial da criança na língua escrita. Portanto, alfabetizar letrando diz respeito ao fato de colocar a criança em um ambiente de convívio com a língua escrita. Além disso, para formação de leitores e escritores competentes, é necessário a escola oportunizar a interação destes nos diferentes contextos de gêneros textuais, bem como, é importante que seja desenvolvido atividades em que os alunos sejam capazes de ler e produzir com autonomia seus próprios textos.

Ao encontro disso, o Caderno de Apresentação de Formação do Professor Alfabetizador do PNAIC enfatiza que,

para tratarmos a alfabetização como um processo que integra a aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética à apropriação de conhecimentos e habilidades que favorecem a interação das crianças por meio de textos orais e escritos que circulam na sociedade, precisamos garantir que a escola disponha de variados recursos didáticos (BRASIL 2012, p. 17).

Um dos eixos do PNAIC corresponde justamente à distribuição desses materiais didáticos voltados à alfabetização. Assim, é relevante que tais recursos sejam utilizados de maneira correta e, que favoreça por parte das crianças uma reflexão sobre a língua escrita de forma que possibilite a realização de atividades de produção e compreensão de textos tanto orais quanto escritos. Contudo, cabe ao professor alfabetizador buscar usar esses recursos de forma criativa e, portanto, que possa contribuir com o aprendizado dos alunos.

Conforme indicado no artigo 8º da portaria do MEC nº 867/2012, (BRASIL, 2012) o eixo materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais caracteriza-se pela disponibilização pelo MEC, para as escolas participantes, de: I - livros didáticos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, e respectivos manuais do professor, a serem distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD; II - obras pedagógicas complementares aos livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático - Obras Complementares; III - jogos pedagógicos para apoio à alfabetização; IV - obras de referência, de literatura e de pesquisa distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE; V - obras de apoio pedagógico aos professores, distribuídas por meio do PNBE; VI - tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.

De acordo com essa afirmação, os recursos são oferecidos, cabe então, às instituições escolares fazerem com que estes recursos fiquem em um local que seja acessível aos professores e aos alunos, assim como é função da escola garantir a manutenção destes. Além disso, vale ressaltar a relevância destes recursos serem utilizados para o fim a que se destinam. Somente assim estes irão contribuir com a ampliação dos conhecimentos dos alunos, tendo em vista que o acesso aos diferentes gêneros discursivos contribui de forma significativa no aprendizado das crianças, bem como, na sua construção como sujeitos políticos e possuidores de cultura. Desse modo, vale enfatizar, a importância de se trabalhar o ensino da leitura, da escrita e da oralidade de forma integrada aos diferentes componentes curriculares como: Português; Matemática; História; Geografia; Ciências; Educação Física e Arte. Assim,

[...] não basta que a criança esteja convivendo com muito material escrito, é preciso orientá-la sistemática e progressivamente para que possa se apropriar do sistema de escrita. Isso é feito com o letramento. Mas, em primeiro lugar, isso não é feito com textos “acartilhados” - “a vaca voa, ivo viu a uva” -, mas com textos reais, com livros etc. Assim, é que se vai, a partir desse material e sobre ele, desenvolver um processo sistemático de aprendizagem da leitura e da escrita (SOARES, 2003, p. 19).

Então, pode-se dizer que, é fundamental o professor promover a criança um ambiente de convívio com a língua escrita, com materiais reais como: livros, fábulas, contos, jornais revistas entre outros. Isso faz com que a criança entre em contato com a escrita, porém, ao mesmo tempo o professor precisa desenvolver um trabalho que proporcione a criança/aluno aprender a ler/escrever o que estão nesses materiais. Ou seja, não adianta somente a criança estar em convívio com materiais escrito, é necessário, que o professor esteja sempre orientando-a de forma sistemática e progressiva. Somente assim a criança torna-se capaz de apropriar-se do sistema de escrita. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica,

a criação de um ambiente propício à aprendizagem na escola terá como base o trabalho compartilhado e o compromisso dos professores e dos demais profissionais com a aprendizagem dos alunos; o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem de cada um mediante formas de abordagens apropriadas; a utilização dos recursos disponíveis na escola e nos espaços sociais e culturais do entorno; a contextualização dos conteúdos, assegurando que a aprendizagem seja relevante e socialmente significativa [...] (BRASIL, 2013, pp. 119 - 120).

Os sistemas de ensino e toda a equipe escolar devem trabalhar em conjunto visando superar as dificuldades de aprendizagens de cada discente, utilizando todos os recursos disponibilizados pela instituição criando assim, oportunidades que assegure aos alunos o progresso contínuo de suas aprendizagens. Devem, portanto, envidar esforços para que a trajetória escolar dos alunos não seja interrompida.

Nesse aspecto, podemos dizer que a proposta do PNAIC se aproxima da proposta apresentada Soares (2010) no que se refere ao modo de compreender a alfabetização na base do letramento. Isso porque ambas compreendem que nesse processo é relevante que sejam oferecidas às crianças situações em que estas tenham contato direto com materiais reais de leitura e escrita. Por outro lado, importa ressaltar novamente que apenas estar em convívio com estes materiais não garante a apropriação da escrita alfabética. É necessário, o

desenvolvimento de um trabalho planejado, sistemático e reflexivo sobre nosso sistema de escrita.

1.2 Alfabetização sob a ótica de Paulo Freire

Embora o PNAIC seja um Programa amplo no que tange às discussões sobre alfabetização, na perspectiva do letramento, seu contexto teórico - metodológico não aborda as concepções de alfabetização preconizadas por Paulo Freire. Uma vez que a concepção de alfabetização defendida por Freire está ligada a uma educação como prática da liberdade, educação como conscientização. Ou seja, uma concepção de alfabetização voltada à democratização da cultura, para que o ser humano tenha oportunidade de refletir sobre sua posição e seu lugar na sociedade da qual faz parte.

Segundo Freire (2009, p. 19) “A alfabetização é a criação ou montagem de expressão escrita de expressão oral. Esta montagem não se pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizado”. De acordo com essa afirmativa, o alfabetizado não é objeto da alfabetização, mas o sujeito. O educador por sua vez, tem a função de ajudar o educando a desenvolver sua criatividade e, conseqüentemente sua construção da linguagem escrita e da leitura desta linguagem escrita. Freire (2009) afirma essa questão ao dizer que no processo de alfabetização a leitura da palavra e sempre precedida da leitura do mundo, isto é, ao ler o mundo o sujeito, em processo de alfabetização, compreende seu contexto em uma relação dinâmica vinculando linguagem e realidade e com isso compreender o significado do sistema da escrita alfabética.

Vê-se, portanto, que Freire defendia uma educação fundamentação na ética e na autonomia dos educandos. E questionava os educadores autoritários, os quais não possibilitam a participação dos alunos para que estes possam expor suas dúvidas, curiosidades e vivências adquiridas no meio social. Para tanto, Paulo Freire afirma que,

é preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer como os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (FREIRE 2001, p. 45).

O ser humano é possuidor de um conhecimento próprio que fundamenta-se em sua cultura e em suas experiências. Ao levar em consideração essa questão Freire defendia uma estratégia de alfabetização baseada em palavras geradoras retiradas, pelo educador do

universo vocabular dos alunos através de conversas informais. Dessa forma, o “método” de alfabetização de Paulo Freire busca interligar a leitura da palavra à leitura do mundo. Em seu livro *Conscientização Teoria e Prática da Libertação* Paulo Freire propõe a aplicação de seu método em cinco fases:

1ª Fase: A descoberta do universo vocabular dos grupos com os quais se há de trabalhar se efetua no curso de encontros informais com os habitantes do setor que se procura atingir.

2ª Fase: Seleção de palavras, dentro do universo vocabular.

3ª Fase: A criação de situações existenciais típicas do grupo com o qual se trabalha.

4ª Fase: Elaboração de fichas indicadoras que ajudam os coordenadores do debate em seu trabalho⁴

5ª Fase: Elaboração de fichas nas quais aparecem as famílias fonéticas correspondentes às palavras geradoras (FREIRE 2001, p. 48-51).

Nesse contexto, o processo de alfabetização deve estar vinculado a uma situação real e vivenciada pelo educando. Isso porque na medida em que o ser humano aprofunda sua consciência, este por sua vez entenderá sua condição enquanto pessoa e enquanto sujeito. Portanto, o “método” de Freire divide-se em três etapas. Na primeira ocorre o processo de investigação das palavras geradoras retiradas do universo vocabular dos educandos. Embora Paulo Freire tenha pensado uma educação voltada para jovens e adultos a essência da abordagem metodológica continua a mesma para o universo da escolarização dos educandos dos três primeiros anos das séries iniciais do ensino fundamental, uma vez que a investigação de palavras geradoras retiradas do vocabulário dos educandos se faz necessária pelo processo de questionamento, de problematização.

Na segunda, educador e educando buscam codificar e decodificar estas palavras, intencionando seu real significado na realidade social que o sujeito da aprendizagem se encontra. E por último, ocorre a superação da visão simplista que o educando tinha do mundo, e passa a ter uma visão crítica. Sendo assim, Freire defendia que é preciso ir além da decodificação dos códigos linguísticos, isto é, o ser humano precisa não somente saber ler e escrever, mas precisa, além disso, saber fazer o uso social e político desse conhecimento em seu dia-a-dia, a aquisição da leitura e da escrita não é somente para adaptar-se, mas para transformar o mundo.

⁴ Esses coordenadores eram professores que tinham a função de coordenar, dialogar com os educandos e jamais impor sua influência.

Desse modo, na sua íntegra a proposta de se trabalhar o “método” freireano nos três primeiros anos do ensino fundamental, seria praticamente a mesma desenvolvida com os adultos. Buscar alfabetizar as crianças partindo do seu contexto social, cultural e de sua interação com o meio que está inserido. Assim, as palavras geradoras seriam, por exemplo, o nome dos pais, amigos, irmãos, da comida preferida, do animal de estimação, da rua que mora entre outras. Nessa perspectiva:

[...] procurar o tema gerador é procurar o pensamento do homem sobre a realidade e sua ação sobre esta realidade que está em sua práxis. Na medida em que os homens tomam uma atitude ativa na exploração de suas temáticas, nessa medida sua consciência crítica da realidade se aprofunda e anuncia estas temáticas da realidade (FREIRE, 2001, p. 37).

Nessa lógica, o processo de alfabetização deve acontecer a partir de uma reflexão sobre o meio de vida dos sujeitos que pretendemos educar. Portanto, as palavras geradoras surgem a partir da visão que os homens têm do ou sobre o mundo, é no momento da ação - reflexão, isto é, da ação refletida dessas palavras que o homem torna-se um ser crítico capaz de transformar a sociedade, à qual faz parte, assim como estabelecer relações recíprocas com os demais seres humanos presentes nessa sociedade.

Freire (1996) deixa claro que seu interesse central é considerar os saberes, bem como destaca, ser indispensável considerar a prática docente de educadores críticos e progressistas. E sublinha que, um destes saberes primordiais que o educador desde o princípio deve ter é o de que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para desenvolver uma aprendizagem significativa. Haja vista que,

ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro (FREIRE 1996, p. 23).

Vê-se, portanto, que o educador não é o único detentor do saber. Isso porque ao ensinar este aprende com o educando, e ao mesmo tempo o educando ao aprender também está ensinando. Com isso, o ato de ensinar está imbricado ao ato de aprender, um dando aportes ao outro. Por isso, que Freire destaca a inexistência do ensinar sem o aprender. Nesse sentido, é perceptível, que ensinar exige rigorosidade metódica, ou seja, o educador precisa despertar o senso crítico em sua prática docente, como também, precisa ser pesquisador, curioso, instigador, mas sem perder a humildade e a persistência. Percebe-se, então, que a

tarefa docente não é apenas ensinar, mas também pensar certo. Freire (1996) nos diz que o educador que pensa certo respeita os saberes dos educandos, a sua realidade e faz uma correlação dessa realidade com os saberes curriculares.

Assim, Freire (1996) defende uma pedagogia fundamentada na ética e na autonomia dos educandos, sobretudo aqueles das classes populares. Dessa forma, é relevante frisar, que a prática docente está atrelada tanto na ética quanto na estética. Isso porque o educador como agente de transformação não pode e nem deve acomodar-se e ensinar apenas para “cumprir com o horário”, o educador que age profissionalmente, não trata seus alunos com superioridade como se fosse o único detentor do saber, o educador competente, acolhe os saberes que os educandos trazem em sua bagagem, isto é, os conhecimentos prévios.

Mesmo porque o processo de alfabetização defendido por Freire estava voltado para a conscientização do ser humano, isto é, para sua libertação e não para sua domesticação. Nesse sentido, Freire (2001, p.30) afirma que: “[...] a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação - reflexão”. Assim, a conscientização implica em sairmos de uma posição espontânea para uma posição crítica sobre a realidade e/ou mundo. Desse modo, a conscientização está atrelada na relação consciência/mundo, então, somente a partir dessa conscientização nos tornamos capazes de questionar, denunciar e transformar a realidade que vivenciamos.

Como já compreendido até aqui, “a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (FREIRE, 2005, p. 07), se o ser humano for capaz de sair de sua zona de conforto, da “alienação”, e passar a ter consciência crítica sobre o mundo. Uma vez que no processo de alfabetizar-se, além de saber ler e escrever, o ser humano precisa ser capaz de conceituar de forma crítica ou reflexiva o que a palavra escrita diz. Alfabetizar-se não é repetir palavras, mas dizer seu próprio conceito, a sua palavra.

A proposta do PNAIC por sua vez, no que se refere à questão dos métodos de alfabetização, não propõe um único método de alfabetização. Mas, métodos e estratégias que sejam capazes de levar os alunos a se apropriar do sistema alfabético de escrita e, conseqüentemente, favorecer a reflexão e a participação destes nas atividades de leitura e produção de textos. O caderno de apresentação do PNAIC afirma que,

o PNAIC não propõe um método específico, não obstante, apresenta várias sugestões metodológicas. Todo o processo de formação está organizado de modo a subsidiar o professor alfabetizador a desenvolver estratégias de trabalho que atendam diretamente às necessidades de sua turma e de cada aluno em particular, em função do desenvolvimento e domínio da língua escrita apresentada por esses alunos, no decorrer do ano letivo (BRASIL, 2015, p. 21).

De acordo com essa prerrogativa, o professor alfabetizador precisa ter clareza do que ensinar e da maneira que se ensina. Sendo assim, ser um reproduzidor de métodos de ensino não é suficiente. Então, cabe a estes buscar inserir em seus planejamentos as mais diversas sugestões de atividades didáticas, bem como, criar e adequar às atividades de acordo com as necessidades e à realidade de sua turma.

Ao encontro disso, Soares (2010) defende a ideia que não existe um método melhor que outro, no entanto, o professor precisa primeiramente descobrir qual dificuldade cada criança apresenta, para então desenvolver atividades adequadas que solucionem as dificuldades de cada aluno em particular, além disso, precisa também identificar a fase que cada aluno se encontra e fazer com que este avance de uma fase para outra. Para tanto, o professor precisa ter conhecimentos cognitivos, sociológicos, pedagógicos e linguísticos. Assim sendo, não existe o “método” no singular, mas diferentes estratégias de ensino.

Ora, método, na área de ensino, é um conceito genérico sob qual podem ser abrigadas tantas alternativas quanto quadros conceituais existirem ou vierem a existir. Particularmente no campo do ensino das línguas (materna ou estrangeira, oral ou escrita), um “método” é a soma de ações baseadas em um conjunto coerente de princípios ou de hipóteses psicológicas, linguísticas, pedagógicas, que respondem a objetivos determinados (SOARES 2010, p. 93).

De acordo com essa perspectiva, a discussão sobre um “método” de alfabetização e/ou ensino é complexa, porque não são poucos os métodos que têm surgidos até os dias de hoje, além disso, na área da alfabetização esse termo serviu e “serve” para muitos professores como manuais pedagógicos. Entretanto, um método de alfabetização refere-se não a um manual, mas a ações, procedimentos e diferentes técnicas de ensino acerca dos quais os professores precisam dominar para atingir os resultados visados.

Resumindo, pode-se dizer que Soares (2012) defende a ideia de que a criança pode ser letrada e não alfabetizada. Isso porque ser letrada é entender, interpretar, dominar, expor o que leu. Uma vez que, para Freire (2009) há letramento, mas o letramento na concepção de Freire (2009) é o processo de contato direto com as letras com o código escrito, ou seja, a

alfabetização é uma expressão política de formação do ser humano em prol do domínio das capacidades e de condições de interação e de transformação do mundo. Então, o que Freire (2009) entende por alfabetização Soares (2012) entende por letramento. O PNAIC usa a concepção preponderantemente de Soares (2012). Portanto, a concepção de letramento de Soares (2012) e do PNAIC não usa como referência a concepção política de alfabetização para transformação do mundo defendida por Freire (2009).

Nesse sentido, observa-se que são concepções distintas, pois enquanto uma concepção enfatiza o letramento como sendo necessário para atender as exigências da sociedade letrada em suas várias práticas sociais a outra ressalta que a aquisição da leitura e da escrita não deve visar apenas o adequa-se a realidade, porém deve ter por finalidade o desenvolvimento da criticidade dos sujeitos para que estes possam fazer uso da linguagem para transformar a sociedade a qual está inserido. Portanto, cabe ao docente ter conhecimento dessas concepções para a partir de então, desenvolver suas práticas pedagógicas de maneira mais crítica, reflexiva propiciando assim, um maior desempenho no processo de ensino aprendizagem dos educados.

CAPÍTULO II - DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO PROPOSTOS PELO PNAIC ÀS PRÁTICAS DAS EDUCADORAS EM SALA DE AULA

Tendo em vista as discussões envidadas no primeiro capítulo as quais reportam-se ao objeto de estudo relativo à teoria e às práticas educativas do PNAIC, enquanto Programa educacional, é oportuno dizer que o PNAIC é uma política educacional centrada na alfabetização das crianças dos seis aos oito anos, cuja finalidade é promover de forma sistemática uma formação profissional para os professores alfabetizadores dos três primeiros anos das séries iniciais do ensino fundamental; objetivando a alfabetização das crianças num esforço de letramento que se efetive durante o ciclo de alfabetização. Ou seja, ao final do ciclo, as crianças precisam, portanto, compreender o Sistema de Escrita, dominar as correspondências grafofônicas (grafemas e fonemas), ler, produzir com autonomia e fazer o uso do sistema de escrita nas diferentes situações comunicativas.

Assim, considerando a relevância da problemática desse estudo existem questões sobre o processo de alfabetização proposto pelo PNAIC que não podem deixar de serem elencadas, dentre elas destacam-se as seguintes: Qual a importância da formação oferecida pelo PNAIC aos docentes para com sua prática educativa e para a segurança daquilo que está concebido em sua matriz, conforme anunciado acima? Os docentes têm consciência e aceitam a proposta do ciclo de alfabetização? Como os professores estão desenvolvendo seus trabalhos em sala de aula a partir da proposta do PNAIC? Quais os desafios e entraves na implementação dessa proposta? Qual a concepção dos professores acerca da alfabetização empreendida pelo PNAIC?

Esses são questionamentos adjacentes da problemática do objeto de estudo e da questão central desse trabalho monográfico que, por sua vez, é: De que modo a alfabetização preconizada pelo PNAIC vem sendo implementada, no município de São José de Piranhas-PB. Isto é, nas instituições escolares pesquisadas, no que diz respeito ao modo pelo qual elas articulam seus processos de ensino aprendizagem no tange a proposta de alfabetização estabelecida pelo PNAIC. Visto que, as análises deste trabalho serão circunscrita a partir dos dados coletados nessas duas instituições escolares.

Diante de tais questionamentos, faz-se necessário, que os professores estejam abertos a aprender/entender o que realmente o PNAIC estabelece como primordial para que até o final do terceiro ano as crianças estejam alfabetizadas. Uma vez que, o trabalho docente no que diz respeito ao eixo de ensino-aprendizagem dos alunos presentes no ciclo de alfabetização precisa ser planejado, organizado e sistematizado. Tendo em vista que, quando se organiza

uma rotina que privilegia a sistematização do trabalho pedagógico. Porém, nesse processo é necessário que o professor enquanto condutor do processo educativo reflita criticamente sobre sua prática, bem como desenvolva atividades que propicie desenvolver a criticidade dos alunos. Isso porque é a partir da reflexão crítica que o sujeito torna-se capaz de se perceber e perceber suas razões de ser na sociedade à qual faz parte, assim como torna-se um sujeito autônomo capaz de posicionar-se criticamente diante do que lhes é imposto.

Logo, quando se fala em planejar as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula está nítida a necessidade de delimitar os objetivos que se deseja alcançar com tal ensino e/ou atividade, tendo em vista que quando planejamos temos mais chances de conseguir atingir as metas pré-estabelecidas. É através da atividade de planejar que conseguimos refletir sobre nossas ações. Assim, esse planejamento precisa ser contínuo e sistemático.

De acordo com esse contexto, o Caderno de Planejamento Escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa do PNAIC afirma que “precisamos planejar para fazermos escolhas coerentes, organizar nossas rotinas, ter nossos objetivos delimitados, saber aonde queremos chegar e o que precisamos ensinar aos nossos alunos” (BRASIL, 2012, p.7).

Pode-se perceber então, o quanto é importante essa etapa de ensino. Isso porque quando o professor planeja sua aula, ele é torna-se capaz de desenvolver boas estratégias de ensino, conduzir melhor sua turma, bem como é capaz de perceber se algum aluno está apresentando alguma dificuldade em desenvolver as atividades propostas e, assim procurar melhorar sua prática de ensino. Com isso, então, a proposta do PNAIC defende uma boa organização sistemática do trabalho pedagógico como ponto crucial para a aprendizagem dos alunos. Haja vista que, planejar significa organizar uma rotina de trabalho voltada a uma reflexão diária sobre a prática docente.

Assim, para destacar as possíveis relações entre a concepção de alfabetização empreendida pelos docentes em suas práticas educativas à luz da proposta do PNAIC, fez-se necessário um estudo mais detalhado sobre tais conhecimentos. Dessa forma, os procedimentos metodológicos do estudo fomentam-se da seguinte maneira:

2.1 Procedimentos metodológicos do estudo

Tendo em vista que a pesquisa é uma atividade da ciência que nos possibilita uma aproximação e um entendimento aguçado sobre o assunto pesquisado, e, além disso, nos fornece diversos olhares, pensamentos, pontos de vista e conhecimentos que nos fazem refletir sobre o que está sendo investigado, utilizou-se para nortear essa pesquisa a abordagem

do tipo quantitativa que é uma metodologia que se preocupa com a qualidade das informações obtidas. De acordo com Gonçalves (2003, p. 68) “a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”. De acordo com essa perspectiva, essa abordagem preconiza a interpretação dos fenômenos, assim como, os significados e valores dados às ações. Haja vista que,

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.22)

Assim, esta abordagem de pesquisa não tem a finalidade de quantificar os dados obtidos para apresentar um resultado preciso, mas busca levar em conta as opiniões e os comentários dos entrevistados, uma vez que, a pesquisa qualitativa considera o sujeito e sua realidade como algo indissociável, por isso, busca a subjetividade e as particularidades de cada sujeito.

Além da pesquisa qualitativa faz-se necessário realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática estudada. Para tanto, buscou-se respaldo teórico em autores e documentos como: Magda Soares (2010); Paulo Freire (2001); Caderno de Apresentação do PNAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa (2015); Carmi Ferraz (2007), dentre outros. Haja vista que, o levantamento bibliográfico é de fundamental importância, isso porque ele dá suporte em todos os tipos de pesquisa do início ao fim. Vale destacar também que, só é possível conhecer as contribuições científicas disponíveis para auxiliar o pesquisador na escolha do material adequado a partir de um estudo sistemático, detalhado e atento sobre o tema que se deseja pesquisar.

Faz-se necessário realizar também uma pesquisa de campo com caráter exploratório, visando coletar dados para obter informações, dirimir dúvidas e procurar respostas às inquietações do pesquisador sobre a temática a ser explorada. Segundo Barros (1990, p. 34) “o investigador na pesquisa de campo assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados no local (campo) em que se deram ou sugiram os fenômenos”. Dessa forma, é relevante que o pesquisador tenha uma identificação com o tema estudado, permitindo assim uma realização eficaz da pesquisa e com isso, uma ampliação dos conhecimentos sobre o assunto pesquisado.

Por sua vez, a pesquisa exploratória “é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado” (GONÇALVES, 2003, p. 65). Ou seja, esse tipo de pesquisa contribui significativamente no processo de descoberta de novas concepções e terminologias antes desconhecidas pelo pesquisador e, que irão colaborar na construção de seu próprio conhecimento sobre o que está sendo pesquisado. Além disso, a pesquisa exploratória permite uma maior proximidade entre o pesquisador e o tema estudado, visto que este ainda é pouco explorado com isso, é necessário um estudo esmiuçado, com vistas a aprimorar as ideias do pesquisador e, posteriormente, a construção de suas próprias hipóteses.

Os instrumentos de coleta de dados precisam estar concatenados com a pesquisa em geral. Para tanto, os instrumentos utilizados para desenvolver esta pesquisa foi a entrevista semi-estruturada. Visto que, a entrevista semi-estruturada é um dos procedimentos mais usuais em trabalho de campo onde o pesquisador busca obter as diversas informações contidas na fala dos entrevistados. Haja vista que, nesse tipo de entrevista o “pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT *et al*, 2009, p. 65). Assim sendo, esse tipo de procedimento preconiza a formulação prévia de perguntas básicas sobre o tema a ser investigado. É um dos aspectos primordiais desse tipo de pesquisa e a presença e a atuação do pesquisador no processo e coleta dos dados.

Para realização da entrevista foi utilizado um gravador de voz do aparelho celular. Depois de gravadas as falas das entrevistadas foram transcritas mantendo o máximo de cuidado de preservar a veracidade dos dados coletados, criou-se assim, um pseudônimo para cada sujeito. Feito as transcrições realizou-se a categorização dos dados coletados. Para realização da pesquisa fez-se ir à duas escolas públicas na cidade de São José de Piranhas-PB em que tais realidades de práticas de ensino fazem-se presentes, no intuito de obter-se parte do material empírico necessário à realização desse estudo. O que se deve apresentar na discussão que se segue do cenário da pesquisa quanto aos dados empíricos que trazem as informações sobre o local em que se desenvolveu tal pesquisa.

2.2 Locus da pesquisa

2.2.1 Conhecendo o município de São José de Piranhas

A cidade de São José de Piranhas é um dos municípios brasileiros do estado da Paraíba está localizado na mesorregião do sertão paraibano, microrregião de Cajazeiras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, possui uma população de 19.096 habitantes e área 677,305 km².

Atualmente vem se destacando no que diz respeito à educação uma vez que esta possui o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) 5.2. De acordo com a Secretária de Educação a meta estabelecida era 3.8 e o município superou-a obtendo nota 5.2 no ano de 2015. A secretária diz que esse resultado dar-se em virtude de um trabalho planejado e destaca também que o programa do PNAIC tem trazido êxito ao município. Conforme pode ser averiguado a seguir as notas em nível local, Estadual e Brasil:

Tabela 1- Demonstrativo dos resultados de desempenho observados no IDEB de 2009-2015.

Evolução do IDEB	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO			
	2009	2011	2013	2015	2009	2011	2013	2015
São José de Piranhas	3.3	3.9	5.0	5.2	2.8	3.3	3.5	3.8
Paraíba	3.6	4.0	4.2	4.5	3.1	3.5	3.8	4.1
Brasil	4.4	4.7	4.9	5.3	3.8	4.2	4.5	4.8

Fonte: Coletado pela autora - Material de pesquisa – 2016.

Nota-se que o município, a Paraíba e o Brasil vêm conseguindo superar o IDEB projetado destes últimos 04 (quatro) anos. Por sua vez, o município de São José de Piranhas nos últimos dois anos observado, no que diz respeito ao contexto de rendimento, se encontra de fato bem acima da nota expectada para o segmento, levando em consideração tanto a rede municipal, quanto a projeção estadual. O que é demonstrado pelo rendimento da nota **5.0** e **5.2**.

Percebe-se, portanto, que o PNAIC vem trazendo para o município resultados exitosos. Uma vez que, por ser uma política de formação continuada de professores alfabetizadores tem a finalidade precípua de melhorar o rendimento acadêmico dos discentes, conseguindo assim, dar conta da questão cerne no tocante ao rendimento acadêmico por si na unidade escolar. Visto que, o município ao formalizar sua pretensão de participar do PNAIC precisa garantir o direito de aprendizagens dos discentes para que estes estejam alfabetizados até o final do 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.

2.2.2 Escola 1

A primeira escola, *locus* da parte empírica desse estudo, atende à crianças, adolescentes e adultos da zona rural e urbana da cidade de São José de Piranhas-PB, funciona nos turnos manhã, tarde e noite, trabalhando com as turmas de Educação Infantil, Anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O corpo administrativo da instituição é composto por uma proporção de até 12 (doze) funcionários distribuídos nas funções de: gestora, vice-diretora, coordenadora pedagógica, secretário e supervisora. Com graduação nos diversos cursos como: Pedagogia, História, Filosofia e Letras. E especialização nas áreas de: Metodologia do Ensino e Psicopedagogia.

O corpo docente é formado por um proporcional de até⁵ 36 (trinta e seis) professores com graduação nas seguintes áreas: Pedagogia, Geografia, História, Letras Ciências, com habilitação em Matemática, Educação Física e o Magistério Normal. Com especialização em Psicopedagogia, Metodologia do Ensino, Geopolítica e História, Linguística aplicada a Língua Portuguesa, Educação Física Escolar e Língua Portuguesa e Literatura. No corpo técnico e de apoio atuam até 14 (quatorze) auxiliares de serviços distribuídas nos horários manhã, tarde e noite.

Em função da confidencialização da escola garantido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁶ tal escola tem um quantitativo de até 850 (oitocentos e cinquenta) alunos, distribuídos na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e EJA.

Para atender esses alunos a escola em uma planta físico-predial padrão possui 13 (treze) salas de aulas, 01 (uma biblioteca que simultaneamente serve de sala de vídeo e sala de leitura, 01 (um) banheiro feminino, 01 (um) banheiro masculino, 01 (um) banheiro para os professores, 01 (um) laboratório de informática, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala dos professores, 01 (um) almoxarifado, 01 (uma) cozinha, 01 (uma despensa), 01 (uma) quadra esportiva e 01 (um) ginásio poliesportivo em construção. Os recursos e equipamentos de uso didático-pedagógicos existentes na escola são os livros didáticos e paradidáticos, jogos pedagógicos e multimídias.

⁵ O termo “até” foi utilizado para indicar uma proporção dos sujeitos pesquisados tendo em vista a confidencialização da escola garantida no TCLE.

⁶ O termo de consentimento livre e esclarecido encontra-se nos apêndices desta produção monográfica.

A formação continuada dos professores na e da escola em questão é estruturada a partir de um plano de ação e acontece a cada quinze dias, além dessas formações quinzenalmente os professores participam de jornadas e oficinas. O critério de avaliação adotado pela escola para a educação infantil é o processo contínuo e sistemático que ocorre através da observação do desempenho das crianças com as atividades trabalhadas, para os três primeiros anos do ensino fundamental a avaliação adotada é a do PNAIC, para os demais utiliza-se a avaliação qualitativa e quantitativa.

Quanto à dinâmica da gestão, a referida comunidade escolar é pautada na gestão democrática, em que todos têm autonomia e liberdade para opinar pela melhoria da instituição de forma igualitária. Seguindo essa perspectiva o ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola foi elaborado no ano de 2010 em conjunto pelas gestoras, coordenadoras pedagógicas, docentes e alguns pais de alunos e está com proposta é de ser revisado no decorrente ano. Porém, “o projeto precisa ser conhecido, discutido e reformulado sempre em concordância com as políticas públicas educacionais vigentes, sem perder a análise crítica da realidade que se manifesta a nível micro, mas que é reflexo da realidade globalizada” (PICOLI; CARVALHO, 2007, p. 4). Assim, tendo em vista à adesão do município a proposta do PNAIC no ano de 2013 a escola deveria ter feito a reformulação do PPP levando em consideração o processo de alfabetização proposto por esse programa visto que, os professores, a partir de então, desenvolveriam seus trabalhos docentes centrado na proposta de alfabetização estabelecida pelo PNAIC.

No geral a escola possui uma boa estrutura física, bem como uma dinâmica de organização pedagógica que prioriza o compromisso de todos os profissionais da escola tendo em vista atingir o objetivo da instituição que é a aprendizagem dos alunos, para tanto a gestão e a coordenação pedagógica trabalha junto com o corpo docente na elaboração da rotina semanal com o intuito de oferecer aos discentes um ensino de qualidade e que gere aprendizagens significativas, principalmente no processo de alfabetização das crianças.

Assim sendo, fazer esse levantamento dos dados empíricos, da maneira como é organizada tal instituição escolar foi relevante na medida em que se pode compreender qual o espaço e as possibilidades as docentes entrevistadas têm para desenvolverem suas práticas educativas, no que concerne os processos de alfabetização. Tendo em vista que, o trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula precisa está articulado com o clima organizacional da escola em que trabalha. Ou seja, tais informações coletadas na escola campo são relevantes para refletir e indagar sobre a ação docente e para confrontar a partir de então, as concepções

teóricas e a prática educativa e, assim, elaborar uma análise que contemple o objeto de estudo desse trabalho.

2.2.3 Escola 2

Fez-se necessário desenvolver essa pesquisa em uma segunda escola porque, embora tivesse todos os sujeitos que se precisaria para realização da pesquisa na primeira escola, não foram todas as professoras alfabetizadoras do PNAIC que aceitaram participar desse estudo⁷. Então, em função de dar-se consistência aos dados no processo de análises fez-se relevante ter uma representatividade mais substancial para tal análise no que compete a questão de pesquisa. E, mesmo porque a base de dados ainda não seria suficiente para responder ao objetivo desse estudo. Uma vez que, 03 (três) professoras não dariam subsídios suficientes para descrever-se com precisão as circunstâncias em que acontece o processo de letramento e alfabetização. Assim, surgiu a necessidade de pesquisar uma segunda escola que tem seu corpo administrativo composto por quantitativo de até 08 (oito) funcionários distribuídos nas seguintes funções: gestora, vice-diretora, coordenadora pedagógica, auxiliar administrativo e secretária. Com licenciatura nos cursos de: Pedagogia, Geografia, Letras e História. E especialização em: Psicopedagogia e Metodologia do Ensino.

O corpo docente é formado por até de 12 (doze) professoras efetivas. Formadas em História, Geografia e Letras com especialização em Psicopedagogia, Geopolítica e História, Metodologia do Ensino e Educação Inclusiva. Quanto à quantidade do corpo docente da EJA é formado por proporcionalmente (sete) professoras, sendo que algumas são contratadas e outras são efetivas.

No corpo técnico e de apoio pedagógico da escola atuam até 07 (sete) auxiliares de serviços, com o ensino fundamental I completo, com o ensino fundamental II completo e com o ensino médio completo. A escola possui até 03 (três) vigilantes. No que refere à quantidade de alunos e faixa etária, estudam na escola até 380 (trezentos e oitenta) alunos, distribuídos nos horários manhã, tarde e noite. Ressaltando que os alunos matriculados do 1º ao 5º ano, tem faixa etária de 4 a 10 anos. A maioria dos discentes é proveniente de famílias de baixa renda, tendo como principal fonte econômica o bolsa-família, exceto alguns pais que trabalham na transposição do Rio São Francisco ou são funcionários da prefeitura. No período

⁷ Na primeira escola de oito professoras alfabetizadoras do PNAIC apenas três aceitaram participar da pesquisa.

da noite a escola funciona com a EJA (Educação de Jovens e Adultos), no qual estudam alunos com faixa etária acima de 40 anos.

A estrutura física da instituição possui uma planta físico-predial padrão é composta da seguinte forma: 06 salas de aulas; 01 diretoria; 01 biblioteca; 03 banheiros; 01 pátio; 01 sala de computação; 01 cozinha; 01 despensa. No que se refere aos programas e projetos institucionais, a escola disponibiliza de programas como: o PNAIC, o PIP que é um Programa de Intervenção Pedagógica, o PROERD Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência o qual acontece uma vez por semana durante todo o ano, e o PPDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) que consiste na assistência financeira da escola, cujo objetivo principal é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

A escola tem um PPP que foi elaborado no ano de 2009 em conjunto com corpo docente, não docente e alguns pais de alunos está para ser reestruturado este ano. (GADOTTI 1998, p. 16) diz que, "[...] O projeto pedagógico da escola é, assim, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola". Assim, o PPP por ser um processo inconcluso precisa ser reformulado tendo em vista atender as necessidades dos alunos em cada ano, bem como por ser um instrumento orientador das práticas educativas do professor. Portanto, percebe-se que a referida escola talvez não ainda essa noção da importância do PPP ser reformulado sempre que necessário e este acaba tornando-se um instrumento sem utilidade.

Em relação ao planejamento pedagógico da escola este acontece de forma coletiva, a cada quinze dias, em horário oposto as aulas e quem realiza o planejamento junto ao corpo docente é a coordenadora pedagógica, porém a gestão escolar participa ativamente, opinando e participando das decisões tomadas. A unidade escolar é pautada numa dinâmica coletiva, isso porque o trabalho na coletividade propicia um ensino de qualidade. Portanto, essa forma de gestão busca, sobretudo, a participação e colaboração de todos no desempenho e/ou organização do trabalho pedagógico.

As avaliações do 1º ao 3º ano são feitas de acordo com o PNAIC e no 4º e 5º o processo de ensino aprendizagem é avaliado através de trabalhos, apresentações, participação, assiduidade e notas qualitativas e quantitativas. A referida instituição apresenta, no geral, tem uma boa interação entre seus componentes, busca desenvolver um trabalho em equipe, priorizando sempre a participação de todos no processo de ensino aprendizagem das crianças.

O levantamento de tais informações dessa segunda instituição pesquisada deu-se mediante a necessidade de conhecer a maneira que é estruturado a dinâmica organizacional de

tal instituição escolar em que se desenvolveu a pesquisa, bem como a forma que os docentes desenvolvem suas práticas educativas no que tange o processo de alfabetização proposto PNAIC para, a partir de então, desenvolver uma análise consolidando o objeto de estudo desse trabalho. Além dessa questão, são escolas referenciais que possuem uma estrutura suficientemente capaz de responder a questão de pesquisa desse trabalho. Isso porque são escolas centrais, com números de matrículas expressivas, além do número de matrículas possuem um número de docentes e não docentes consideráveis para rede pública de ensino. São, portanto, importantes no ponto de vista administrativo pedagógico até mesmo em função do IDEB e para própria rede de ensino.

2.3 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram seis professoras alfabetizadoras do PNAIC sendo 3 (três) da **escola campo 1** e 3 (três) da **escola campo 2**, as 2 (duas) orientadoras de estudo e a coordenadora do referido programa, com o objetivo de guardar sigilo no que diz respeito a identificação das professoras, das orientadoras e da coordenadora da pesquisa, todas foram identificadas na sequência numérica das entrevistas, seguindo uma sequência específica⁸, da professora 1 (**P1**) a professora 6 (**P6**) a coordenadora 1 (**C1**) e da orientadora de estudo 1 (**O1**) a orientadora de estudo 2 (**O2**). Maiores detalhamentos dos dados de identificação das entrevistadas estão sendo apresentados nos quadros abaixo:

Tabela 2 - Demonstrativo dos dados das docentes da escola campo 1

Escola 1 Professoras	Idade	Graduação	Especialização	Mestrado	Tempo de atuação no magistério	Tempo de atuação na escola
P 1	49	Pedagogia	Psicopedagogia	-----	20	12
P 2	34	Pedagogia	Psicopedagogia	-----	09	08
P 3	38	História	Psicopedagogia	-----	18	05

Fonte: Dados da pesquisa de campo – 2016.

Conforme mostra a tabela acima, na escola campo 1 foram entrevistadas um quantitativo de três professoras alfabetizadoras do PNAIC, apresentando assim, uma proporção de 37% das docentes do segmento com o qual trabalho. Diante das informações

⁸ **P1:** Professora 1 - **P2:** Professora 2 – **P3:** Professora 3 - **P4:** Professora 4- **P5:** Professora 5 – **P6:** Professora 6 – **O1:** Orientadora de estudo 1 - **O2:** Orientadora de estudo 2 - **C1:** Coordenadora 1.

obtidas percebe-se que as entrevistadas estão na faixa etária de 38 a 49 anos, todas são graduandas, apenas uma não está atuando na sua área de formação que é a professora **P3** e, todas possuem especialização em Psicopedagogia, porém, nenhuma tem mestrado. No que tange o tempo de atuação no magistério todas possuem um relativo tempo de experiência na prática pedagógica, pois atuam na faixa de 09 (nove) a 20 (vinte) anos bem como na atual escola, isso porque atuam como docente na faixa de 5 (cinco) a 12 (doze) anos.

Tabela 3 - Demonstrativo dos dados das docentes escola campo 2

Escola 2 Professoras	Idade	Graduação	Especialização	Mestrado	Tempo de atuação no magistério	Tempo de atuação na escola
P 4	36	Letras	Língua Portuguesa e Literatura	-----	08	03
P 5	35	Geografia	Psicopedagogia e Educação Inclusiva	-----	15	02
P 6	35	Geografia	Psicopedagogia	-----	18	05

Fonte: Dados da pesquisa de campo – 2016.

Na segunda escola campo, obteve-se uma proporção de 50%, das docentes alfabetizadoras do PNAIC. As docentes entrevistadas estão na faixa etária de 35 a 36 anos de idade, todas são graduandas, mas não atuam na sua área de formação e todas possuem especialização em áreas distintas, no entanto nenhuma possui mestrado. Em relação ao tempo de atuação no magistério as três docentes possuem um relativo tempo de experiência na docência, porém, duas professoras estão atuando há pouco tempo na escola pesquisada, que são as professoras **P4** e **P5**.

Tabela 4 - Demonstrativo das informações das orientadoras e da coordenadora

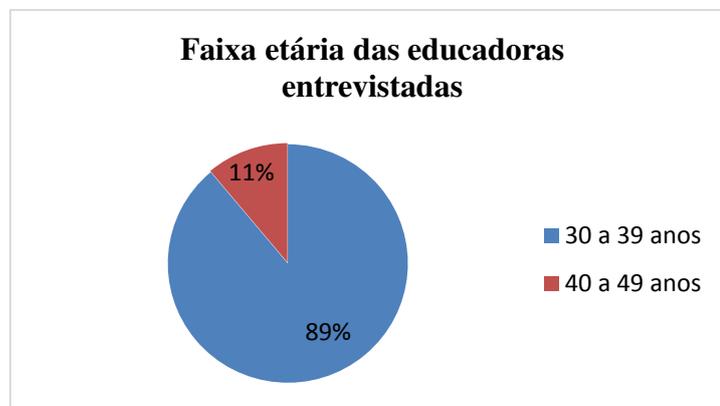
Orientadora / coordenadora	Idade	Graduação	Especialização	Mestrado	Tempo de atuação como Orientadora / coordenadora do PNAIC
O1	34	História	Psicopedagogia	-----	03
O2	35	História	Metodologia do Ensino	-----	03
C1	36	Letras	Língua Linguística e Literatura	-----	03

Fonte: Dados da pesquisa de campo – 2016.

As orientadoras de estudo e a coordenadora do PNAIC juntas correspondem a uma proporção de 100% do seguimento pesquisado, visto que no município atuam somente as duas orientadoras e a coordenadora entrevistada. Por estas não trabalharem em uma escola específica fez-se necessário colocar seu dados em tabela separada das docentes das escolas campos 1 e 2. Como se pode perceber todas possuem licenciatura, mas não atuam na área de formação, as três possuem especializações em áreas distintas e nenhuma possuem mestrado e, todas trabalham em tais funções a três anos.

Conforme apresentado nas tabelas anteriores, foram coletadas as seguintes informações das professoras, orientadoras de estudo e da coordenadora: idade, formação, tempo de atuação no magistério, mestrado e tempo de atuação na escola que lecionam isso com o intuito de obter um melhor conhecimento das participantes da pesquisa. Diante dos resultados obtidos percebeu-se que todas as professoras encontram-se na faixa etária de 34⁹ a 49¹⁰ anos, todas possuem graduação, porém, menos da metade está trabalhando em seu campo de formação, isto é, são pedagogas, todas possuem especialização, sendo que 56 % em psicopedagogia. Tais dados serão mais detalhados nos gráficos a seguir:

Gráfico 1- Demonstrativo da faixa-etária das educadoras entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa de campo - 2016.

De acordo com o gráfico 89% das entrevistadas tem a idade entre 30 a 39 anos e apenas 17% possui idade entre 40 e 49 anos, então são professoras novas em terno de idade. Corroborando com isso, Phillips (1985 *apud* NÓVOA, 1889) mostra que considerando a “idade cronológica”, pessoas dos 21 aos 36 anos encontram-se na fase de “exploração” que consiste em momento de fazer opções provisórias, experimentar uma ou mais profissão. Se

⁹ Na amostra da pesquisa não há sujeitos com menos de 34 anos.

¹⁰ Na amostra da pesquisa não há sujeitos com mais de 49 anos.

esta fase for positiva, passa-se então, a fase de “estabilização”, momento em que as pessoas buscam afirmar-se na profissão.

Gráfico 2 - Demonstrativo de tempo de atuação na área



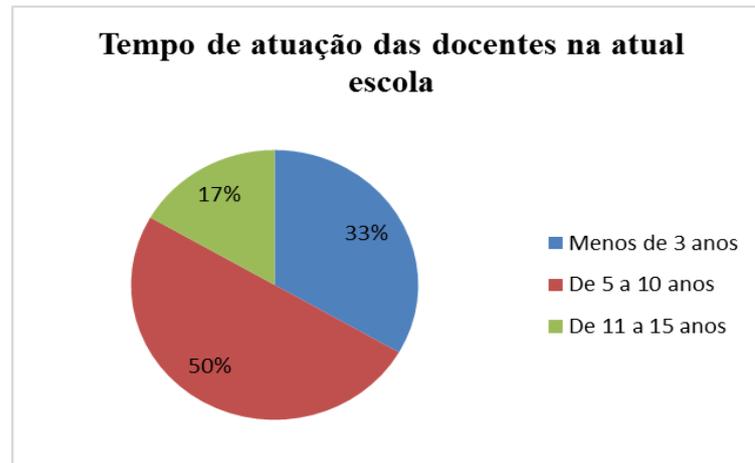
Fonte: Dados da pesquisa de campo - 2016

No que tange o tempo de atuação no magistério, aqui foram considerados o tempo de atuação das docentes, bem como o tempo de atuação das orientadoras e da coordenadora do PNAIC, 33% das entrevistadas tem 1 a 3 anos de trabalho no campo de atuação e 67% possuem de 7 a 25 anos. Visto que, a maioria das entrevistadas possui um relativo tempo de experiência na área em que desenvolvem seus trabalhos educativos até que ponto esse tempo de experiências no magistério auxilia no trabalho com a alfabetização das crianças, uma vez que, o professor tem a função primordial de mediador no processo de ensino-aprendizagem. E, “mediação não significa “facilitar”, mas desafiar, provocar reflexões, assumir a autoridade de professor que está ali com uma função específica: a de ensinar” (AGUIAR, 2016, p. 42). Então, é preciso que o professor busque trabalhar com atividades inovadoras, instigadoras e a teoria do PNAIC instiga o professor em sua prática educativa trabalhar nessa perspectiva de inovação, provocação.

Mas, isso não implica dizer que ao realizar atividades diferenciadas, motivadoras todos os alunos chegarão ao mesmo nível de aprendizagem, pois cada discente tem seu ritmo, seu tempo. Isso porque nas salas de aulas estão presentes alunos em diversos níveis e até com diversas faixas etárias. O que o PNAIC preconiza como sendo fundamental é que o discente se aproprie do conhecimento sistematizado, e isso exige do professor alfabetizador estratégias, metodologias atividades pedagógicas diferenciadas, uma vez que, é fundamental que esses

alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, como esclarece o caderno de apresentação do PNAIC (BRASIL, 2015).

Gráfico 3: Demonstrativo de tempo de atuação das docentes entrevistadas em seu campo de atuação profissional

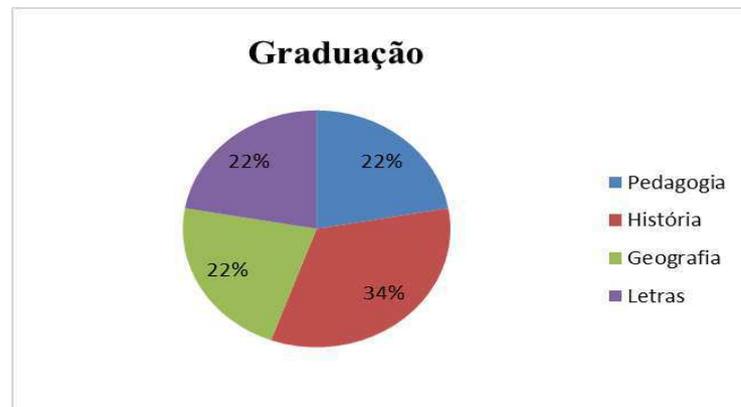


Fonte: Dados da pesquisa de campo - 2016.

Outro aspecto investigado foi o tempo de atuação das docentes na instituição pesquisada, nesse quesito será registrado apenas a atuação das docentes, visto que as orientadoras e a coordenadora do PNAIC não trabalham em uma escola específica. Portanto, conforme mostra o gráfico 3 mais precisamente 75% das docentes entrevistadas atuam na escola pesquisada a mais de 5 anos tendo assim, um relativo tempo de experiência na atual escola em que desenvolvem suas práticas educativas e, para tanto, seguem as normas de ensino estabelecidas por tal instituição.

Assim, para obter uma maior compreensão das docentes a respeito de suas representações sobre o processo de alfabetização é fundamental levar em consideração o tempo de atuação destas na atual escola. Isso porque, considerando que vivemos em uma sociedade letrada e que a leitura e a escrita fazem parte da vida cotidiana dos sujeitos, a escola precisa promover um ensino voltado para apropriação do sistema de escrita bem como, para o uso social desse sistema. É preciso, assim, como nos aponta Feraz e Mendonça (2007) que o professor desenvolva atividades que possibilitem os educandos inserir-se com autonomia nas diversas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

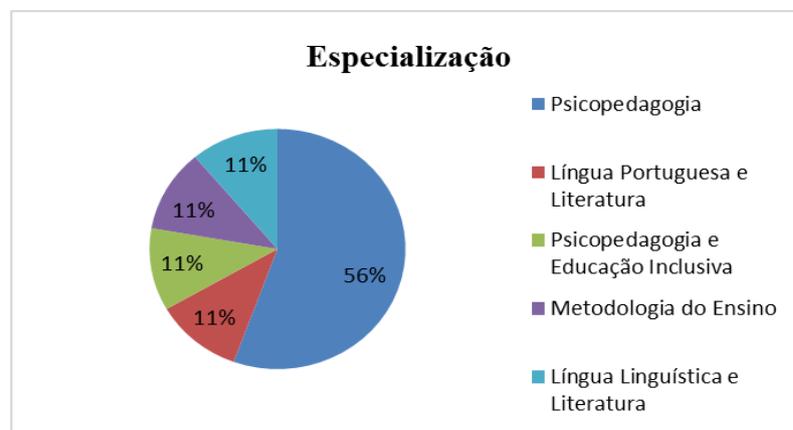
Gráfico 4 - Demonstrativo da formação inicial das educadoras entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa de campo - 2016.

No que refere-se a formação inicial das entrevistadas apenas 22% são graduadas em Pedagogia e 78% possuem licenciatura em áreas como: Geografia, História e Letras, portanto, não atuam na sua área de formação. No entanto, isso não implica dizer que essas docentes não possam ser alfabetizadoras do PNAIC. Isso porque, de acordo com o caderno de apresentação do PNAIC (BRASIL, 2015), considera-se professor alfabetizador o profissional que atenda os seguintes requisitos: estar cadastrado no Censo Escolar do ano anterior no momento da constituição da turma de professores e exercer a prática docente em turmas do 1.º, 2.º ou 3.º ano do Ensino Fundamental. Não tendo, portanto, para o Programa nenhum empecilho a maioria das docentes não estarem atuando na sua área de formação.

Gráfico 5 - Demonstrativo da especialização das educadoras entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa de campo – 2016.

Em nível de pós-graduação todas as entrevistadas possuem essa titulação, sendo que 56% em psicopedagogia e 44% têm aprofundando suas formações em outras áreas. Isso é relevante, pois o exercício da docência exige um constante processo de formação. Neste processo, o professor constrói e ao mesmo tempo reconstrói seus conhecimentos de acordo com as necessidades de sua turma. É na articulação entre a ação-reflexão-ação, ou seja, prática-teoria-prática que o docente torna-se protagonista de sua identidade profissional.

Esses dados referentes à: idades, tempo de formação, de atuação no magistério das entrevistadas dessa pesquisa são, portanto, dados que contribuem para resposta da questão de pesquisa uma vez que, apresentam profissionais referencias para subsidiar as análises, pois são profissionais que possuem experiência docente, que tem formação em nível de pós-graduação assim sendo, é uma amostra significativa dos profissionais que atuam nesse âmbito no qual se ocupa o objetivo desse estudo.

2.4 Aplicação do trabalho

Inicialmente realizou-se uma visita aos campos de estudo, ao falar com as gestoras e as coordenadoras de ambas as escolas-*locus* que se tratava de uma pesquisa de campo como requisito de conclusão de curso elas aceitaram a realização do estudo nas escolas que atualmente administram. Em seguida, juntamente com as gestoras e coordenadoras de cada instituição escolar, respectivamente, realizou-se um levantamento da quantidade de docentes que lecionavam nos três primeiros anos do ensino fundamental, na sequência, falou-se com as referidas docentes, algumas não aceitaram participar da pesquisa pelo fato de trabalhar em duas escolas e não ter tempo para atividades do tipo, outras prontamente aceitaram participar da realização do estudo.

A partir de então, houve um diálogo de esclarecimento com as entrevistadas informando-as do que se tratava a pesquisa, logo em seguida, foram entregues às professoras, orientadoras de estudo e coordenadora que aceitaram participar da entrevista os termos de consentimento livre e esclarecido para que estas se apropriassem do tema e objetivos do trabalho e assinassem autorizando as utilizações de suas falas para realização de tal pesquisa.

Em acordo com o corpo administrativo e com as docentes a serem entrevistadas das instituições, realizou-se o agendamento de datas para a realização das entrevistas, algumas aconteceram na casa das docentes e outras na própria escola. Após a realização das entrevistas com as docentes fez-se necessário ir às escolas novamente conversar com as gestoras para

colher as informações sobre: as formas de planejamento, de avaliação adotada pelas instituições, uma proporção do corpo docente, administrativo, de apoio e alunos, a gestão estabelecida pela escola, os recursos didático pedagógico dentre outros. A princípio solicitou-se o PPP para obter tais informações, mas, como o PPP não estava atualizado em nenhuma das escolas as diretoras prontamente forneceram todas as informações necessárias. Dados que serviram na base do processo de caracterização das unidades escolares desse estudo.

Esses cuidados descritos acima são necessários em toda pesquisa para garantir a qualidade das informações coletadas. Portanto, é fundamental que na aplicação de uma entrevista o pesquisador assegure ao entrevistado questões como: garantia de anonimato, agendamento e local propício. E, para tanto foi apresentado a todas as entrevistadas inicialmente o TCLE assegurando o sigilo de suas identidades.

Implementadas as entrevistas começaram-se as transcrições e a categorização dos dados para as análises. Momento em que exigiu-se a leitura e releitura dos dados coletados para então selecionar os trechos das entrevistas condizentes ao objeto de estudo. Ao serem transcritas as entrevistas das docentes, orientadoras de estudo e coordenadora, realizou-se a categorização dos dados selecionando de cada fala, os pontos pertinentes à cada questão de estudo instituída no formulário de entrevistas. O que fora empreendido de modo sequencial na categorização, seguindo a ordem sequencial do roteiro de entrevista aplicado. Pois, como aponta (LIMA, 2010) a categorização é uma alternativa de estruturar uma determinada informação, ou seja, organizar os conceitos singulares e diferentes de cada fala das entrevistadas e a partir de então, construir um conhecimento novo de acordo com as singularidades e diferenças encontradas.

2.5 Concepção das educadoras sobre o processo de implementação do PNAIC

Na busca por melhorias na educação mais especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental, o Governo Federal no âmbito do MEC lança o PNAIC que é um Programa governamental em que o Distrito Federal, Governos, Estados e Municípios firmam um compromisso para com a educação. Esse é um Programa de política educacional cuja finalidade precípua é a alfabetização das crianças até os oito anos de idade (BRASIL, 2012).

Nesta perspectiva, ao serem questionadas sobre os maiores avanços já conseguidos com a implementação do PNAIC as entrevistadas se reportaram a várias questões, conforme pode ser averiguado nas falas a seguir,

os maiores avanços que nós temos conseguido com a implementação do PNAIC, além da alfabetização que é o foco maior do programa, todas as crianças alfabetizadas até os oito anos de idade, mais um grande avanço foi a diminuição dos índices de reprovação, porque as taxas de reprovação os números diminuíram muito e isso é um fator muito positivo. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

O PNAIC teve um grande avanço no processo de alfabetização tanto para o professor no seu planejamento na atuação em sala de aula, porque o PNAIC ajuda com novas metodologias, o material que a gente recebe ajuda, fortalece e facilita no planejamento das aulas e como também para as crianças que tem um período maior para serem alfabetizadas sem ficarem retidas, né? E como também ele disponibiliza as crianças, participarem de aulas mais atrativas e mais dinâmicas que facilitam a aprendizagem além de se tornar uma coisa mais alegre mais satisfatória para as crianças. (Professora 1. Entrevista cedida no dia 07 de junho de 2016).

Bem, houve avanços significativos, né? No processo educativo principalmente na prática docente. O PNAIC ele trouxe novas oportunidades de aprendizagens para o aluno com o enfoque na prática docente e no processo metodológico da sala de aula. (Professora 4. Entrevista cedida no dia 11 de junho de 2016).

A resposta da orientadora está relacionada a: **alfabetização e a diminuição dos índices de reprovação**. Vê-se, portanto, que o PNAIC vem trazendo êxito ao município, uma vez que, o índice de reprovação tem diminuído. Isso é positivo, pois um dos propósitos desse Programa é justamente esse, alfabetizar as crianças até o final do 3º ano sem que estas sejam retidas. É um processo sistemático no qual a cada ano são trabalhadas determinadas habilidades e competências para que sejam consolidadas ao terceiro ano. Assim, o PNAIC surge com o intuito de garantir o direito à alfabetização nesse ciclo de três anos porque sabe-se que o Brasil tem-se uma dura realidade de altos índices de crianças chegando ao final de sua escolarização sem estarem alfabetizadas.

A **Professora 1** também ressalta o processo de alfabetização como um avanço, e acrescenta dizendo que para tanto, o Programa oferece subsídios como: formações aos professores e materiais de apoio tanto aos professores quanto aos alunos para que de fato esse processo se efetive durante o período de três anos. Já a **Professora 4** afirma que houve avanços significativos principalmente na prática educativa docente. O PNAIC é um programa que vê o docente como ator principal no processo educativo e, busca através das formações continuadas o aperfeiçoamento dos professores alfabetizadores, para que estes, com o apoio dos orientadores de estudo possam elaborar as rotinas e os planejamentos das atividades diárias que busque garantir uma efetiva aprendizagem dos alunos, conforme (BRASIL, 2012).

Percebe-se, portanto, que o PNAIC está sendo bem aceito pelos professores alfabetizadores, coordenadores, orientadores de estudo e escola em geral, necessário e referencial para ajustamento e dinâmicas efetivas de aprendizagens na escola tanto pelo viés da formação continuada, quanto pela estrutura de suporte institucional oferecido em tais formações as quais subsidiam positivamente o desenvolvimento da prática docente e, por conseguinte a melhoria no processo de ensino aprendizagem, realidade evidenciada por uma das orientadoras quando em um segundo momento foi perguntado como tem ocorrido tais processos de avanços, esta afirma que,

esse processo tem ocorrido através dos encontros de formação, através dos encontros pedagógicos do município também. Então, nos encontros além dos encontros do PNAIC nos encontros de planejamentos também nós temos sentado com as professoras para planejar as rotinas semanais e as sequências didáticas [...] Então, toda essa junção essa organização da rotina mesclando a sequência didática os diferentes gêneros textuais a gente percebe que melhorado e as crianças tem avançados na aprendizagem. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

É uma proposta que de fato procura fazer com que as aprendizagens dos alunos sejam garantidas até os oito anos de idade e, para tanto, defendem uma alfabetização centrada não somente na compreensão do sistema de escrita alfabética (SEA), mas também no desenvolvimento da capacidade de ler e escrever com autonomia diferentes textos a partir de diferentes gêneros textuais. Assim, considerando os avanços conseguidos com tal proposta as orientadoras do PNAIC que, por sua vez, são também coordenadoras do município trabalham nos encontros pedagógicos a perspectiva de planejamento oferecido pelo PNAIC, portanto, essa é uma proposta que está sendo desenvolvida no município de São José de Piranhas não somente nos três primeiros anos do ensino fundamental como também o 4º e o 5º ano.

Conforme afirma a **Orientadora 2** quando diz, “*eu como também coordenadora do município percebo que essa realidade tem se transformado não só nas salas de alfabetização como também no 4º e 5º, pois utilizamos a metodologia do PNAIC nos planejamentos oferecidos pelo município.* (Orientadora 02. Entrevista cedida dia 29 de Julho de 2016). Sendo assim, de acordo com as respostas de tais educadoras proposta do PNAIC tem surtido efeito a nível municipal no que tange o processo de alfabetização e letramento, porém essa formação não necessariamente está atrelada ao engajamento de uma coletividade por meio de círculo de cultura para transformação do mundo em que o sujeito faz parte como esclarece Freire (2005) mais sim para sua integração na lógica de funcionamento no mundo em que está e sobretudo no mercado de trabalho.

Outros avanços evidenciados pelas educadoras pesquisadas apontam para mudança do regime seriado ao ciclo de alfabetização e também ressalta a mudança curricular. Conforme fala da **Orientadora 2**,

a primeira é a mudança do regime seriado para o ciclo de alfabetização. Então, essa é uma proposta voltada para ampliar a todos os alunos a oportunidade de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, ou seja, é um processo de alfabetização que requer continuidade do aprendizado para que sejam respeitados os diferentes tempos de desenvolvimentos das crianças de seis a oito anos de idade. E outra mudança que eu considero muito significativa foi a curricular que fez o professor entender que ele é um ator muito importante dentro da sua realidade de prática de trabalho é... Ele passou a levar em consideração os direitos de aprendizagem e estes passaram a nortear os planejamentos dos professores (Orientadora 02. Entrevista cedida dia 29 de Julho de 2016).

Está orientadora ressalta que os avanços advêm da **mudança do regime seriado para o ciclo de alfabetização** e também fala sobre a **mudança curricular**. Então, primeiramente sabe-se que currículo envolve questões antagônicas e que duas palavras define seu conceito: seleção e intencionalidade. Então, o PNAIC em sua elaboração curricular selecionou intencionalmente os conteúdos, disciplinas e metodologias a serem trabalhadas, que orientasse a prática pedagógica. Assim, é uma ideia interessada em conduzir o comportamento do outro, é algo intencional selecionado para formar o outro para a cidadania ou para o mercado de trabalho.

Porém, sabe-se que, a função social da escola é desenvolver o potencial cognitivo, afetivo, motor e sócio interacional do educandos, ou seja, não deve formar apenas para a lógica mercadológica, pois formar uma criança apenas para o mercado de trabalho é formá-la para ser explorada politicamente é, preciso formá-la também para a cidadania. Assim, é preciso entender que “cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão” (FREIRE, 2007, P. 47). Portanto, cidadania não é somente o conjunto de direitos e deveres é também a capacidade de participação do sujeito nos rumos de desenvolvimento da cidade/sociedade a qual faz parte. Conforme estudos no texto base do PNAIC (BRASIL, 2015) entende-se cidadania na concepção do PNAIC como mero conjunto de direitos e deveres reguladores de dinâmica de integração para a empregabilidade e competitividade.

Corroborando com essa perspectiva, a LDB 9.394/96 art.2º estabelece que, “a educação, [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o

exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma, é fundamental que no processo de alfabetização o educador compreenda para que lógica a proposta do PNAIC está servindo, bem como para que lógica como educadora está sendo direcionada sua prática. E não somente enfatizar de forma fragmentada o que seja um currículo como fez a **Orientadora 2** ao limitar-se apenas a prática pedagógica. É preciso, portanto, que no processo de ensino aprendizagem tanto o professor quanto o educando sejam capazes de criticar, criar e recriar o próprio conhecimento e não apenas aceitar o que lhes é imposto por um Programa.

Outro ponto enfatizado por tal orientadora é o ciclo de alfabetização. Esse ciclo diz respeito a um período sequencial, no caso do PNAIC, de três anos, ou seja, 600 (seiscentos) dias letivos, sem interrupções para que a criança possa desenvolver a leitura e a escrita e ampliar sua capacidade de produção e compreensão dos diferentes tipos de textos. Assim, foi perguntado as educadoras o que é o ciclo de alfabetização. Estas afirmaram que,

o ciclo de alfabetização é um processo sem interrupção né, que deve acontecer até o terceiro ano das séries iniciais do ensino fundamental [...] para que as crianças possam até os oito anos de idade ler, escrever e produzir textos né, para que elas possam conhecer os diversos gêneros textuais que circulam em sua volta. Então, o ciclo de alfabetização ele permite com que as crianças até o terceiro ano elas estejam alfabetizadas sem reprovação. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

O ciclo de alfabetização é um tipo sequencial de três anos no qual se entende que dentro da complexidade da alfabetização as crianças raramente vão conseguir construir todos os saberes fundamentais para o domínio da leitura e da escrita e da matemática em um ano. Então, ela terá dentro do ciclo a oportunidade para entender, compreender os conteúdos e estes serão durante esses três anos introduzidos, aprofundados e consolidados de forma sistematizada. (Orientadora 02. Entrevista cedida dia 29 de Julho de 2016).

Percebe-se, que estas orientadoras entendem o que realmente é o ciclo, que esse período de três anos é estabelecido considerando a complexidade do processo de alfabetização e que, portanto, é um tempo necessário para que seja assegurando as crianças conhecimentos basilares a apropriação da leitura e da escrita. Ao final desse ciclo, a criança precisa ter domínio do SEA. Vale destacar, que a alfabetização empreendida pelo ciclo não abrange somente conteúdos isolados da língua portuguesa e matemática, mas os conteúdos são desenvolvidos de forma contextualizada envolvendo (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso), conforme (BRASIL, 2015). Com o intuito de saber mais como acontece esse ciclo foi perguntado em um segundo momento as educadoras quais os potenciais que elas veem no ciclo, obtivendo-se a seguinte resposta,

a gente defende a não reprovação, ou seja, o ciclo de alfabetização porque nos sabemos que a reprovação ela não gera bons resultados a criança que é reprovada ela se sente pouco capaz, ela se sente excluída, então, nós acreditamos que com o ciclo de alfabetização aquelas habilidades que não foram conseguidas em um ano elas serão consolidadas no ano seguinte é tanto que ao final do ano os professores eles traçam um perfil dos alunos ao entregarem uma turma a outra professora então, no diário no registro individual de cada aluno o professor ele traça a ficha avaliativa junto com o perfil onde ele vai lá lançar as maiores dificuldades das crianças para que no ano seguinte a professora desenvolva seu trabalho com base naquelas dificuldades, ou seja, para trabalhar em cima da dificuldade e consolidar aquela habilidade que a criança não conseguiu desenvolver no ano anterior então, a reprovação a gente sabe que ela não, não tem bons resultados os estudos comprovam que as crianças que já foram reprovadas, que ficaram anos e mais anos reprovadas e o Brasil ele tem um histórico triste de reprovação né, de crianças com dois, três, quatro, cinco anos em uma mesma série e aí os estudos comprovam que essas crianças não conseguiram avançar então, por isso, que o município adota o ciclo de alfabetização e acredita que é a melhor forma de trabalhar. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

O ciclo é uma forma de não interromper as competências e habilidades que a criança vem aprendendo em cada ano. Então, é um tempo em que precisa ser respeitados os direitos de aprendizagem de cada ano, por isso que o PNAIC usa-se dos termos introduzir, aprofundar e consolidar, esses são os termos avaliativos do programa e, é também uma responsabilidade dos professores, orientadores, coordenadores e escola em geral, pois juntos precisam intensificar e sistematizar seus trabalhos para que os direitos de aprendizagens de cada ano sejam alcançados. Isso porque no ciclo a crianças tem três anos para,

I (Introduzir) mobilizar as crianças para que iniciem, formalmente, a relação com os conhecimentos referentes aos objetivos a ele associados; A (Ampliar) mobilizar as crianças para expandir esta relação e C (Consolidar) mobilizar as crianças para sistematizar conhecimentos no processo de aprendizagem (BRASIL, 2012, p. 21).

No entanto, esta linha vem enfrentado resistências por parte de alguns professores, realidade evidenciada na fala da **Professora 2**. Quando ela afirma, “[...] A proposta do PNAIC é muito boa, mas o ponto negativo que eu acho é você passa o aluno sem ele saber ler [...] Aí você passa para o segundo, passa para o terceiro a do terceiro você não pode passa para o quarto” (Professora 2. Entrevista cedida dia 09 de Junho de 2016).

Dessa forma, a **Professora 2** apresenta certa dificuldade de domínio da concepção teórico-metodológica do PNAIC visto que ela defende a reprovação, mas o PNAIC é um ciclo no qual o discente tem três anos para ser alfabetizado, caso ele não consiga obter todas as

habilidades previstas para o primeiro ano ele terá a oportunidade de aprofundar e consolidar essas habilidades nos dois anos seguintes, não é questão de passar o aluno ser ele saber ler e escrever. Isso porque nesses três anos o aluno tem várias habilidades e competências a serem consolidadas então, é impossível o aluno não aprender nenhuma dessas habilidades para que possa aprimorá-las no ano seguinte, até porque o PNAIC estabelece que o primeiro seja para introduzir, no segundo aprofundar e no terceiro consolidar as habilidades.

Além disso, como ressalta a **Orientadora 1** a reprovação não é um ponto positivo para o discente e no ciclo este terá a oportunidade de apreender aquilo que não conseguiu no ano anterior, visto que no final do ano letivo o professor alfabetizador faz um relatório para cada aluno enfatizando o que ele conseguiu alcançar o que ainda precisa consolidar. Então, o professor do ano seguinte saberá o que o aluno ainda precisa melhorar cabendo a este desenvolver sua prática educativa para que isso aconteça. Seria relevante nesse caso, que as orientadoras de estudo no decorrer das formações explicassem o que o ciclo, o porquê se trabalhar com o ciclo para que as educadoras que ainda não entendem o objetivo desse ciclo possam realmente entender sua finalidade.

Dessa forma, o PNAIC procura através da proposta de formação dos professores alfabetizadores elevar os índices de alfabetização dos discentes em língua portuguesa e matemática na idade certa. No entanto, sua proposta de alfabetização não está vinculada a uma alfabetização por meio da “leitura de mundo” na perspectiva do que é defendido no “método” Freireano (2009). O PNAIC defende a alfabetização centrada no letramento, na aquisição do código escrito, para o discente ser capaz de inserir-se nos diversos usos sociais da leitura e escrita. Ou seja, é luta política por melhoria nos índices de alfabetismo. O “método” de Freire diferencia-se dos demais, pois o foco está numa alfabetização que “não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos [...] a bravura de dizer a sua palavra” (FREIRE, 2005, p. 21). A alfabetização é o educando aprender a ler criticamente as palavras presente no seu mundo, para que, posteriormente possa dizer a sua palavra. É, portanto, um método que alfabetiza, conscientiza e politiza os educandos.

Nessa mesma linha de discussão foi questionado quais os pontos positivos e negativos de se trabalhar com a proposta do PNAIC e as entrevistadas se reportaram várias questões como evidência a seguinte fala,

bem, a parte positiva é a parte pedagógica [...] parte de trabalhar com estratégias, com metodologias inovadoras de leitura de letramento [...] E

assim, na parte negativa do PNAIC os dois primeiros anos foram excelentes, não vou dizer a excelência 100% porque assim, o primeiro ano sempre é teste, né? Mais 2015 já foi negativo porque a formação aconteceu muito tarde em Agosto. Então, para trabalhar com os professores e os professores levarem para sala de aula não teve muito rendimento da mesma forma está acontecendo agora em 2016 até agora não teve nenhuma formação do PNAIC. E isso é muito negativo porque a ANA que avalia esse ciclo de alfabetização no terceiro então se não tá acontecendo na época certa fica difícil até... E o PNAIC cobra muito o trabalho com a ANA então, fica até difícil de ter um bom resultado quando se tá trabalhando fora de tempo, atropelado. (Coordenadora 1. Entrevista cedida dia 03 de agosto de 2016).

Assim, os pontos positivos que as educadoras ressaltam sobre a proposta do PNAIC diz respeito a trabalhar com: **metodologias inovadoras e criativas**. Já os pontos negativos voltam-se a questão do **atraso e para iniciar as formações**. É evidente nas falas destas educadoras que houve um avanço, mas muito ainda precisa melhorar para que de fato o processo de alfabetização das crianças aconteça no tempo estabelecido pelo ciclo. E, portanto, o período das formações precisa ser repensado, visto que, como afirma a **Coordenadora 1**, quando os alunos chegam ao terceiro ano, fase final do ciclo de alfabetização, são avaliados pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) para averiguar o nível de alfabetização e letramento na língua portuguesa e matemática que estes encontram-se.

Por outro lado, independentemente do Programa está acontecendo ou não, o docente precisa desenvolver seu trabalho centrado na aprendizagem dos discentes, não podem acomodar-se diante de um Programa de formação. Isso porque tendo em vista que o professor é um formador direto no processo de ensino aprendizagem dos educandos ele necessita ser um pesquisador, um questionador e não um profissional manipulado pelo sistema. Isso porque o professor é protagonista na sua autonomia docente de sua formação continuada.

Outro ponto negativo de se trabalhar com a proposta do PNAIC encontrado na pesquisa diz respeito à falta de autonomia docente. Realidade evidenciada na fala de uma das professoras entrevistada, quando diz: *“pontos negativos podem ser observados como o comprimento da meta seguindo as orientações do Programa o que leva o professor a depender somente dele e acomoda o educador às regras pré-estabelecidas”*. (Professora 6. Entrevista cedida no dia 16 de Junho de 2016). Existe, portanto, uma instrumentalização de práticas para replicação de aula. Assim, visto que, o pedagogo por excelência é o condutor do educando no processo educativo. E, portanto, quem conduz está conduzindo sempre para algum lugar. Por sua vez, se o educador não tem a intencionalidade de conduzir para um lugar de empoderamento de visão de mundo, de qualquer modo estará conduzindo para algum lugar o educando e se não sabe para aonde estará seguindo, um Programa que quem elaborou sabe,

visto que o PNAIC como ressalta a **Orientadora 2** mostra o quê e o como fazer. Então, o prejuízo está justamente nessa questão de o docente conduzir um processo de alfabetização e de letramento que os fins, a linha de chegada desse processo, não foi concebida por ele e nem pela instituição da qual faz parte. Assim, estará implementado um Programa que conduz os alunos ao um dado lugar que não foi escolhido pelo coletivo da escola mais que foi pautado pela concepção de que elaborou tal Programa.

Dessa forma, percebe-se que o PNAIC é um Programa inovador no tange o processo de alfabetização, com pontos positivos e negativos, mas que está caminhando ao fracasso como muitos outros programas anteriores, conforme destacado no capítulo primeiro. Isso porque quando perguntado qual o foco do PNAIC para 2016 as entrevistadas no geral falaram da situação política que estamos vivenciando no Brasil é que os cadastros dos professores alfabetizadores foram realizados, porém as formações ainda não se iniciaram¹¹. Conforme esclarece a **Orientadora 2**,

bem, 2016 como todos sabem da real situação que Brasil estar vivendo é... Os professores foram cadastrados, mas por enquanto a gente não tem assim algo real se o programa ele vai continuar. Continuando ou não a nível federal o que a gente tem certeza é que todas as propostas que foram implementadas, tudo aquilo que foi trabalhado no PNAIC nós continuamos a desenvolver, a secretaria de educação tem um plano de ação que todos os coordenadores traçam no início do ano então, nesse plano de ação, as ações do PNAIC elas já estão incluídas. Então, tudo que é trabalhado durante o ano de ação, de Projeto Político Pedagógico, o próprio PIP que nós trabalhamos agora que é o Plano de Intervenção Pedagógica com foco em leitura e matemática, todas as ações que foram traçadas no início do ano são ações que foram desenvolvidas no PNAIC. [...] a proposta de trabalho é a mesma com sequência didática, com organização da rotina de trabalho com as modalidades organizativas do trabalho permanente de leitura, produção textual todas as semanas, a propostas interdisciplinar, que foi um ponto favorável que a gente não pode esquecer no PNAIC, então, o fato da gente ter um trabalho interdisciplinar de envolver as várias disciplinas isso acabou de certa forma facilitando o trabalho do multisseriado porque a gente com um texto a gente acabava envolvendo as demais disciplinas isso foi um ponto que foi positivo o trabalho com interdisciplinaridade. (Orientadora 02. Entrevista cedida dia 29 de Julho de 2016).

Conforme tal orientadora ressalta, embora o Programa não tenha se iniciado, as formações mensais oferecidas pelo PNAIC não esteja acontecendo, as orientações desse Programa continuam subsidiando o trabalho do professor, pois os planejamentos oferecidos pela secretaria de educação são desenvolvidos tendo como base a mesma proposta de trabalho

¹¹ Até a altura da finalização do processo de coletas de dados que deu-se em agosto do ano de 2016 as formações do PNAIC não tinham recomeçado.

designada PNAIC através de rotinas, sequencias didáticas, atividades permanentes. Outro ponto enfatizado é a elaboração do PIP que é um Plano de Intervenção Pedagógica cujo objetivo maior dessa intervenção pedagógica é justamente o foco em leitura e matemática, ou seja, contribui significativamente com a proposta do PNAIC. E pontua a interdisciplinaridade como ponto positivo para o trabalho com o multisseriado. Isso porque no multisseriado o professor trabalha em uma turma com discente de vários anos

A interdisciplinaridade na perspectiva de Freire (2007) está ligada a expressão tema gerador, pois a metodologia freireana parte do princípio que é preciso promover uma educação global e não fragmentada. Então, o aluno precisa ler e escrever criticamente, ser um agente ativo no processo de sua aprendizagem. Assim, sua concepção congrega, contextualiza os conteúdos pragmáticos que o aluno acessa ao longo do processo de escolarização.

É visível, diante das discussões envidadas até aqui que o município de São José de Piranhas aprovou a proposta do PNAIC já em andamento nos processos de orientação pedagógicas às práticas docentes e, mesmo ainda não tendo se repactuado em 2016 a continuidade oficial do Programa a lógica de organização do trabalho docente, no todo, para a Rede, continua pautada na perspectiva de alfabetização estabelecida pelo PNAIC. Portanto, buscou-se nesse capítulo caracterizar os desafios e entraves da implementação do PNAIC, em relação à prática educativa dos processos de alfabetização dos educandos dos três primeiros anos do ensino fundamental. No próximo capítulo serão discutidas ao longo das análises as possibilidades de superação quanto aos desafios e entreves dessa implementação em relação às práticas dos docentes.

CAPÍTULO III - O CONTEXTO DAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS EDUCADORAS DOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Após delinear-se os desafios e entraves da implementação do PNAIC, em relação à prática educativa no tocante à alfabetização, no capítulo anterior, neste capítulo, aborda-se uma reflexão acerca das possibilidades de superação quanto aos desafios e entraves dessa implementação em relação às práticas dos processos de alfabetização dos educandos dos três primeiros anos do ensino fundamental. Partindo dessa perspectiva, ao serem questionadas a respeito de como se dá o processo de alfabetização proposto pelo PNAIC algumas das entrevistadas se reportaram ao conceito de alfabetização centrado no letramento, tais quais:

A alfabetização proposta pelo PNAIC ela se dá a partir de metodologias e métodos práticos específicos. A ideia é alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever mais dentro do contexto das práticas sociais da leitura de modo que as crianças se tornem ao mesmo tempo alfabetizado e letrado. Então, nós vamos trabalhar o método sintético que é um método que parte das letras aos textos, mas dentro de contextos significativos de leitura, nós não vamos partir de grandes textos, nós vamos ensinar do mínimo para as crianças que são as letras a parte maior que são os textos [...] (Orientadora 02. Entrevista cedida dia 29 de Julho de 2016).

[...] a alfabetização e o letramento andam juntos né? E a proposta do PNAIC e justamente esse trabalho associado ao letramento, trabalhar a alfabetização com a introdução de textos, de jogos é caminhar juntos, alfabetizar e letrar. (Professora 05. Entrevista cedida dia 13 de Junho de 2016).

Percebe-se, então, que tanto a orientadora quanto a professora afirmam que a alfabetização defendida pelo PNAIC é uma alfabetização centrada no letramento. Embora a **Professora 4** tenha respondido resumidamente a esta questão e a **Orientadora 2** mais explicativa, ambas possuem uma compreensão sistemática do que realmente o PNAIC estabelece como processo de alfabetização. Como pode ser visto no caderno de apresentação do PNAIC, o qual afirma que,

a compreensão adotada no âmbito do PNAIC é a da alfabetização na perspectiva do letramento. Ou seja, entende-se e defende-se que é preciso que a criança domine o Sistema de Escrita Alfabética, mas que também desenvolva habilidades de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas, com autonomia (BRASIL, 2015, p. 21).

Nessa perspectiva, defender a realização do processo de alfabetização das crianças com base no letramento, significa reconhecer que nessa fase as crianças necessitam apropriar-se do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), a partir de práticas sociais de leitura e escrita. Desse modo, é fundamental que as crianças interajam com variados tipos de leitura e escrita, por meio dos diferentes gêneros textuais simultaneamente para a compreensão e apropriação do SEA. Visto que, letramento é “imersão das crianças na cultura escrita, participação em experiências variadas com a leitura e a escrita, conhecimento e interação com diferentes tipos e gêneros de material escrito” (SOARES, 2003, p. 13). Nesse processo, é necessário que seja trabalhado com metodologias de ensino que proporcione as crianças ler, escrever e fazer o uso social dessa leitura e escrita. Porém, vale ressaltar que esses são fenômenos que não podem ser trabalhados separadamente isso porque,

[...] são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2003, p. 12).

Desse modo, os conceitos de “alfabetizar letrando” ou “letrar alfabetizando” são processos simultâneos, “indissociáveis”. Nesse sentido, a defesa de Soares (2003) é a de que alfabetização e letramento podem até se aproximar no plano conceitual, mas são processos distintos, no entanto, ”indissociáveis”, “interdependentes”, especialmente no “plano pedagógico”, ou seja, no processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, esse conceito é vital e altamente necessário na circunscrição de análise do objeto desse estudo.

Outro conceito sobre o propósito de alfabetização presente na pesquisa se volta para a alfabetização enquanto **o fazer pedagógico através de rotinas, sequências didáticas e interdisciplinaridade**. Conforme se evidencia na seguinte fala,

o processo de alfabetização proposto pelo PNAIC se dá através dos diversos gêneros textuais é uma alfabetização contextualizada não é uma alfabetização somente com foco no sistema de escrita alfabética de forma repetida. Então, o foco maior da alfabetização no PNAIC é justamente o trabalho com as sequências didáticas, com a rotina, com o trabalho interdisciplinar e a valorização maior é com base nos gêneros textuais é um trabalho focado nos gêneros textuais. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

A **Orientadora 1** chama a atenção para o fato de se trabalhar o processo de alfabetização de maneira contextualizada, dando ênfase as rotinas, sequências didáticas e a

interdisciplinaridade, ou seja, esse processo não deve restringir-se apenas no trabalho do SEA de forma repetitiva, enfadonha. Porém, faz-se necessário que esse sistema seja trabalho dentro de rotinas que provoquem encantamentos nas crianças ao lerem os textos presentes em suas vidas cotidianas. Então, é preciso trabalhar com metodologias reflexivas, desafiadoras que propiciem o educando interagir com diferentes tipos de textos mais ao mesmo tempo em que possam ser capazes de apropriar-se do SEA.

De acordo com o caderno Planejamento Escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa (BRASIL, 2012), o PNAIC defende a organização e a sistematização do trabalho pedagógico por considerar um processo relevante para a promoção da aprendizagem dos alunos. Visto que, uma rotina bem elaborada, contemplando os diferentes eixos do ensino da língua subsidia o professor na realização de atividades que promovam a autonomia e criatividade dos alunos no mundo da leitura e da escrita.

Por sua vez, a sequência didática trata-se de um trabalho organizado pelo educador de forma sequencial, para um determinado tempo, tomando como base um conteúdo específico como, por exemplo, um gênero textual. Esse trabalho é dividido em passos e/ou etapas correlacionadas cuja finalidade é subsidiar o processo de ensino aprendizagem para que o aluno possa ter domínio do gênero estudado e assim ser capaz de ler, escrever e comunicar-se adequadamente nas diversas situações comunicativas. Ao mesmo tempo em que oportuniza o professor trabalhar de forma interdisciplinar. Conforme o caderno Planejando a Alfabetização; integrando diferentes áreas do conhecimento projetos didáticos e sequências didáticas (BRASIL, 2012).

A interdisciplinaridade é um tema que gerou e gera muitas reflexões em torno do trabalho pedagógico. Isso porque muito tem-se falado em trabalho interdisciplinar, mas será que os professores realmente estão incorporando o conceito da interdisciplinaridade em suas práticas educativas em sala de aula? Visto que, essa é uma proposta de integração entre os conteúdos que envolvem duas ou mais disciplinas, ou seja, é uma articulação contextualizada com as diversas áreas do conhecimento na tentativa de romper com as práticas tradicionais de ensino.

Tal orientadora em sua resposta ao falar da interdisciplinaridade mostra de forma implícita que o processo de alfabetização do PNAIC é centrado no letramento. Assim, de acordo com o caderno a interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização, “quando pensamos no Ciclo de Alfabetização entendemos a necessidade da realização de um trabalho interdisciplinar que favoreça o processo de alfabetizar letrando” (BRASIL, 2015, p. 07). Isto é, a criança tem um período de três anos de escolarização para apropriar-se do SEA, e então,

ser capaz de fazer o uso social da leitura e da escrita. Para tanto, é necessário que seja garantido não só conhecimentos da língua portuguesa, mas dos diferentes componentes curriculares dos anos iniciais do ensino fundamental.

Por outro lado, Freire defende um conceito de alfabetização que perpassa o mero domínio do código escrito, isso porque “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais [...]” (FREIRE, 1991 *apud* GADOTTI, s/d, p.01). Dessa forma, o estudo da realidade, a tematização que se faz via o estudo da realidade é indissociável da importância do ato de ler, da aquisição da leitura e da escrita não apenas para adaptar-se no mundo, mas para transformá-lo.

Assim, não é que a concepção de Soares (2012) seja melhor que a de Freire (2009) ou vice-versa, são concepções diferentes. Na discussão de Soares (2012) o domínio da palavra não necessariamente tem esse cunho de transformação intencional das condições que são impostas. Embora, ela não tenha discutido essa questão, mas quando vincula-se um método, uma dinâmica de escolarização e conseqüentemente não vincula está a transformação do mundo, mesmo que não seja intencional abre-se um precedente para que esse processo de letramento esteja a serviço, a satisfação imediata do capital. Para Freire (2009) é indissociável a palavra do estudo da realidade, por sua vez, essa realidade não é somente para o sujeito ser apto a pegar um ônibus para ir para ir para o trabalho, não é somente para ler as placas de transito, posicionar-se dentro da cidade, esse estudo da realidade é para transformar o mundo. Então, ler e transformar o mundo, ler e não aceitar as condições objetivas que são impostas faz parte do mesmo e único processo.

Concomitante ao que vem sendo discutido, quando perguntado a concepção das educadoras sobre o que significa estar alfabetizado a maioria delas ressalta que a criança estar alfabetizada quando consegue ler e compreender o que foi lido e também interagir, participar das mais variadas situações de leitura e escrita presente em nosso meio. Estas expõem,

[...] a criança estará alfabetizada a partir do momento em que ela possa ler e que ela possa também compreender, não só a questão de ler e escrever, de ler e escrever por si só, não. Mais que a criança possa compreender o que ela escreve e o que ela ler e que possa produzir também e com autonomia então, quando a criança chega a um ponto desse é porque ela já estar alfabetizada. (Professora 3. Entrevista cedida no dia 10 de junho de 2016).

Alfabetizado, o aluno para estar alfabetizado ele tem que compreender, ele não tem somente que decodificar. Hoje não é o somente o escrever e o ler, ele tem que compreender, ele tem que saber o que ele ler, para que ele tenha essa compreensão é preciso um trabalho de enfoque nessa aprendizagem

desse aluno, para que ele esteja pronto ele tem que compreender o que ele ler, né? [...] Ele compreendendo ele estar alfabetizado. (Professora 4. Entrevista cedida no dia 11 de junho de 2016).

Estas educadoras possuem uma concepção de alfabetização enquanto **processo de leitura e compreensão** sem somente decodificar o código escrito. Diante de tal realidade percebe-se que para estar alfabetizada a criança precisa ler, escrever, compreender e produzir com autonomia. Por sua vez, em seu sentido próprio alfabetizar-se é o processo de decodificar a escrita em língua oral e codificar a fala em língua escrita, ou seja, ler e escrever. No entanto, nos dias atuais esse conceito vem sendo ampliado e não considera-se mais “alfabetizado” apenas que decodifica ou codifica as palavras. Isso porque é necessário além da decodificação e codificação a compreensão e expressão por meio da escrita, o aluno precisa ler e escrever mais ao mesmo tempo atribuir significados ao que foi lido, conforme Soares (2010) corroborando com a fala da **Professora 4** quando diz que a alfabetização não é apenas a decodificação.

Então, a função do professor alfabetizador é fazer com que a criança mais do que alfabetizada torne-se letrada, seja capaz de participar das diferentes práticas sociais existentes. Embora que tal prática social não seja percebida na perspectiva de etapa inicial, processual e final em um dado compromisso político de intervenção, por si, em suas próprias realidades enquanto sujeitos que são os discentes que acessam a importância do ato de ler.

É preciso um trabalho com enfoque nesse processo, uma intervenção sistemática do professor para que o aluno possa avançar na apropriação do SEA. Visto que, a alfabetização na perspectiva do letramento é um trabalho que ensina as crianças a serem sujeitos capazes de expor, explicar, ler e produzir. Assim, as práticas educativas dos docentes em sala de aula devem ser desenvolvidas com o propósito de levar as crianças a compreender a finalidade da leitura e da escrita, isto é, o aluno precisa estar inserido em situações de letramento mais também precisa refletir sobre o SEA (BRASIL, 2012).

Realidade evidenciada na resposta da seguinte orientadora quando ressalta para estar alfabetizado é necessário saber: **ler, escrever, produzir, interagir e participar das diversas situações que envolvem a leitura e a escrita**, conforme sua fala,

*estar alfabetizado é saber ler, escrever, produzir, interagir com os diferentes textos de circulação social. Então, estar alfabetizado é **participar** de diversas situações de leitura e escrita então, não é a criança somente pelo fato dela conhecer... As letras, de ela conhecer o sistema de escrita alfabética quer dizer que ela esteja alfabetizada, para ser letrada para ser*

alfabetizada ela precisa fazer a leitura, ler diversos tipos de textos, se tá na praça, se tá na escola, se tá em casa com a família então, participar de leitura de diversas formas e também produzir. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

Assim, como resposta a questão de pesquisa compreende-se que, diante da fala desta orientadora, como pelas discussões que vem sendo discorridas até aqui, que as entrevistadas, no geral, retomam de forma implícita e explícita ao processo de alfabetização centrado no letramento. Trata-se, portanto, de compreender a aprendizagem da escrita alfabética como um sistema representação escrita em que as crianças precisam estar em contato com os diversos tipos de gêneros, de textos presentes no nosso dia a dia como a **Orientadora 1** ressalta, para então, ser capaz de ler e produzir, pois a leitura e a produção de diferentes tipos de textos são atividades essenciais no processo de formação de pessoas letradas.

Outra docente relaciona-se o conceito estar alfabetizado também ao fato ler e compreender e não só decodificar as letras, para tanto, volta-se as conceitos matemáticos, pois segundo ela, “[...] *hoje em dia os alunos quase a maioria eles leem e perguntam tia é de mais ou é de menos, é de multiplicação ou é de divisão. Então, os alunos precisam ter essa leitura de ler e entender [...]*”. (Professora 2. Entrevista cedida dia 09 de Junho de 2016). Assim, consolidando o que vem sendo discutido estar alfabetizado nos dias de hoje é muito mais do que instrumental de lidar com palavras e textos. É a criança/sujeito poder vivenciar de forma autônoma as diferentes práticas de leitura e escrita presentes na sociedade.

Percebe-se, portanto, que estas educadoras incorporaram em suas práticas educativas as sugestões, os conceitos preconizados pelo PNAIC deixando de lado a concepção de mundo defendido por Freire. Gadotti em seu texto alfabetização e letramento (S/D) ressalta que o termo letramento trata-se, uma tentativa de retirar o cunho político da educação e, por conseguinte do processo de alfabetização, essa é uma concepção que busca negar a tradição freireana e que atualmente muitos educadores estão seguindo.

Não se dissocia a politicidade do ato educativo, do aprender a ler, do alfabetizar-se. Freire (2007) não está preocupado em fazer a diferença entre o alfabetizar e o letrar. Para ele alfabetizar que é a referencia e não se alfabetiza se não se forma se consolida se radicaliza o ser político. Assim, o educador necessita assumir uma politicidade em sua prática, porém não adianta apenas dizer que a educação é um ato político ou que o ato político também é educativo é necessário que o educador assuma efetivamente a politicidade na educação.

No processo educativo como bem apontado por Freire (1996) formar o educando é muito mais que treiná-lo para desempenhar funções é forma-lo para que ele possa interagir de

forma crítica com a realidade. Partindo dessa perspectiva, ele pensou em um “método” educativo que parte do diálogo entre educador e educando, não se alfabetiza sem a dialogicidade, que é o diálogo estabelecido em sala de aula no meio das tensões, das contradições e do movimento.

Uma vez que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com o seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade [...]” (FREIRE, 1996, p. 136). Nesse diálogo o educador não pode ser impositivo, arbitrador, diretivo é necessário, portanto, considerar as inquietações e curiosidades dos educandos. Isso porque enquanto educador é preciso buscar empreender uma dinâmica de produção em que consiga operar em meio às circunstâncias que vão surgindo, mantendo sempre o diálogo como: o aluno, a escola, a família, o planejamento, a seleção do conteúdo e com o resultado dos sujeitos.

Seguindo essa linha de pensamento quando questionado quais os procedimentos metodológicos de ensino oferecidos pelo PNAIC que as docentes entrevistadas consideravam indispensáveis para a aprendizagem significativa dos alunos, a maioria reportaram as **rotinas, atividades permanentes, projetos, sequencias didática e o lúdico**, tal realidade está mais visível nas seguintes falas:

Os jogos, a pesquisa, o trabalho com projetos é muito bom, com sequencia didáticas, são todos assim, que a gente tem visto que tem levado a resultados positivos tem alcançado os objetivos (Professora 4. Entrevista cedida no dia 11 de junho de 2016).

Os procedimentos metodológicos indispensáveis a alfabetização dos discentes são: desenvolvimento de atividades lúdicas e reflexivas e participação em situações de leituras e produções de textos. Isso porque amplia-se as referências culturais das crianças o desenvolvimentos e a criatividade.(Professora 6. Entrevista cedida no dia 16 de junho de 2016).

Os procedimentos metodológicos que são imprescindíveis é o trabalho das rotinas, das atividades permanentes onde nós destacamos na rotina de trabalho um dia destinado para uma leitura adequada, tem o dia da produção textual onde o professor quando está trabalhando os gêneros textuais ele faz todo o trabalho de leitura, de interpretação oral de interpretação escrita da caracterização dos gêneros então, a metodologia do PNAIC é essa é um trabalho voltado para sequência didática, aos projetos e ao uso dos diversos gêneros textuais. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

Conforme mostram tais educadoras, o PNAIC parte da concepção que existem várias metodologias e estratégias que podem ser utilizadas no processo de alfabetização das crianças e estabelece como sendo fundamental um trabalho através do planejamento das atividades a

serem trabalhadas, da organização do trabalho pedagógico, da organização das rotinas diárias, o trabalho com atividades permanentes, com jogos. Isso é importante, no entanto, é fundamental que o docente seja ciente que existem estratégias mais apropriadas que outras para alcançar determinados objetivos. Assim, é preciso ter cuidado para que essas metodologias não levem os alunos somente a apropriar-se do SEA, apenas como uma dinâmica de aquisição do letramento pelo viés da decodificação e apreensão do decodificado por si. Isso porque existem metodologias que estão preocupadas apenas com o aluno apreender e, portanto, preocupa-se preponderantemente com a diretividade técnica, com o ensinar; com o resultado.

É preciso, portanto, que sejam desenvolvidas metodologias que, de modo concomitante, esteja pautada no planejamento, na intenção, na organização, no objetivo e também na aprendizagem do aluno, reforçando sua capacidade crítica; de modo interdisciplinar, conjuntural. É nesse sentido que “ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito” (FREIRE, 1996, p. 26). Parte da reflexão sobre a ação e acompanhamento dos resultados, põe um protagonismo referencial em cima de que conduz o ato educativo, para tanto é preciso educadores inovadores, criativos e críticos.

Considerando-se, que nesse momento é relevante o professor procurar estar sempre variando as formas de ministrar as aulas, centradas principalmente em atender as dificuldades/necessidades dos alunos, ao fazer isso, o professor estará inserindo-os no mundo da linguagem oral e escrita, oportunizando-os “[...] o exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica [...]” (FREIRE, 1996, p. 45). Percebe-se então, que é no exercício da criticidade que o ser humano passa da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, assim, a curiosidade é o começo de todo conhecimento. Porém, nesse processo é necessário que o professor reflita criticamente sobre sua prática, bem como desenvolva atividades que propicie desenvolver a criticidade dos alunos. Isso porque é a partir da reflexão crítica que o sujeito torna-se capaz de se perceber e perceber suas razões de ser na sociedade à qual faz parte, assim como torna-se um sujeito autônomo capaz de intervir e de transformar o mundo.

Entretanto, percebe-se que está faltando esse trabalho centrado em desenvolver a criticidade dos discentes na prática de alguns professores, como no caso da seguinte educadora que considera uma metodologia significativa o SEA. Está diz,

o sistema de escrita alfabética porque, a criança aprende as sílabas simples, canônica, por exemplo, bola BO é uma consoante e uma vogal, depois vem

as não canônicas ABA vogal, consoante e vogal, né? e daí ela vai evoluindo até torna-se uma pessoa letrada. (Professora 1. Entrevista cedida no dia 07 de junho de 2016).

O método enfatizado por tal professora refere-se ao desenvolvimento da consciência fonológica, mais especificamente da consciência silábica. Visto que, nesse tipo de metodologia o processo de alfabetização acontece a partir das “unidades menores da língua – os fonemas, as sílabas – em direção às unidades maiores – a palavra, a frase, o texto (método fônico, método silábico)” (SOARES, 2004, p. 98). Esse método, porém, tem como princípio apenas a aprendizagem do SEA, ou seja, é desenvolvida uma prática educativa centrada em fazer com que os alunos aprendam juntar as sílabas e formar uma palavra. Fato evidenciado quando a **Orientadora 2** diz, que a proposta do PNAIC “*parte da parte mecânica mesmo do fazer as letrinhas, do pontilhado até a formação de sílabas, de palavras, frases e textos. Vê-se, portanto, que tem privilegiado o ensino da leitura e da escrita sem necessariamente desenvolver o senso crítico, de curiosidade dos educandos. Talvez por essa questão temos vivenciados tantos fracassos no processo de ensino aprendizagem.*

Dessa forma, buscando compreender melhor o desenvolvimento da prática docente a partir da proposta do PNAIC foi perguntado as entrevistadas sobre como acontece a rotina semanal destas. Obteve-se, as seguintes respostas,

*é o seguinte, tem as disciplinas, né? Tem o horário como todo... Toda série toda escola tem as disciplinas: Português que no PNAIC a gente tem como linguagem oral e escrita, Matemática, História, Geografia, Ciências Artes, Ensino Religioso e Educação Física. Essas são as disciplinas que cada dia tem aulas diferentes de acordo com os conteúdos de acordo com os projetos que a gente desenvolve na escola e tem umas atividades que a gente considera como atividades permanentes de acordo com o PNAIC que é leitura uma leitura deleite uma leitura atrativa [...] Tem também a visita a biblioteca aonde eles vão ou fazer uma leitura ou assistir um vídeo e quando voltar para sala fazer uma produção de texto é... O desenvolvimento de raciocínio lógico através de jogos. E educação Física que são as atividades recreativas que eu trabalho com os alunos. **Qual ano você leciona?** 3º ano (Professora 1. Entrevista cedida no dia 07 de junho de 2016. **(Grifo meu)**).*

*Durante a semana minha rotina é toda planejada de acordo com as habilidades da turma. Então, eu procuro atender as exigências e melhorias do aprendizado dos alunos. Então, procuro fazer um trabalho interdisciplinar com todas as disciplinas [...] Mas, sem esquecer também das atividades permanentes as quais surge muitos frutos onde eu descubro a dificuldades dos alunos através dessas dificuldades vou melhorando para as próximas. **Qual ano você leciona?** 2º ano. Professora 3. Entrevista cedida no dia 10 de junho de 2016. **(Grifo meu)**.*

A **Professora 1** leciona no 3º dos anos iniciais do ensino fundamental e, mostra que tem as disciplinas curriculares a serem trabalhadas levando em consideração os projetos da escola e as atividades preconizadas pelo PNAIC, ressaltando a leitura deleite, que é uma leitura atrativa aos olhos das crianças, o trabalho com jogos e atividades recreativas. No entanto, embora mostrar a existência dos componentes curriculares das áreas de: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Ensino Religioso as quais são obrigatórias, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013).

Entretanto, é importante que o trabalho pedagógico no que tange a organização dos conteúdos leve em conta a “[...] necessidade de superar o caráter fragmentário das áreas, buscando uma integração no currículo que possibilite tornar os conhecimentos abordados mais significativos para os educandos [...]” (BRASIL, 2013, p. 118). Isso porque no processo de ensino aprendizagem é preciso que os conteúdos não sejam trabalhados de forma dispersa, mas o propósito é que estes se comuniquem entre si.

Realidade evidenciada na fala da **Professora 3**, que leciona no 2º ano, quando diz que trabalha através de uma prática planejada que favoreça a aprendizagem dos alunos, bem como com a interdisciplinaridade, buscando relacionar as disciplinas. Ressalta também, o desenvolvimento das atividades prementes como relevante para observar quais alunos apresentam dificuldades e, assim, melhorar sua prática enquanto professora alfabetizadora com vista a fazer com que esse aluno avance e supere suas dificuldades.

Refletir sobre a prática pedagógica é fundamental, uma vez que, “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando *blabláblá* e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, p. 22). É preciso, nesse sentido, que a reflexão sobre a prática seja uma reflexão crítica que amplie, modifique os saberes do docente. Implica que não podemos dissociar teoria e prática, pois uma complementa a outra. Considerando essa perspectiva a prática das orientadoras de estudo e da coordenadora do PNAIC acontece da seguinte maneira,

bem a minha parte é mais burocrática como se diz, é mais direcionada ao controle do SIMEC que é um sistema em que são cadastrados os professores e tem o acompanhamento. [...] monitoro também os orientadores de estudo e tem a parte de providenciar local para as formações, frequências, material, aviso os professores as datas dos encontros, horário, minha parte é mais essa burocrática. A parte do SIMEC para quem é um coordenador ativo não deixa para ultima hora é preciso alimentar o sistema todos os dias. O SIMEC na verdade é o Sispacto para o PNAIC, porque o SIMEC é um sistema de gestão grande ai para cada ação ele recebe um apelido, no caso

do Pacto Nacional ele é Sispacto. Então, ele nós surpreende.... Quando vamos para as formações ele não é completo ele surge com novidades então, temos que tá antenado. (Coordenadora 1. Entrevista cedida no dia 03 de agosto de 2016).

Enquanto orientadora do PNAIC o nosso encontro, os nossos trabalhos com os professores eles não acontecem semanalmente as formação que é destinada ao PNAIC é o encontro por mês, mas a gente faz o acompanhamento através das visitas [...] nos encontros do PNAIC a gente orienta os professores além de fazer estudos à gente está montando as rotinas, as sequências de acordo com o que é necessário trabalhar e durante a semana em casa a gente vai alimentando o sistema, nós temos também um grupo de WhastsApp que os professores ficam trocando informações então, o trabalho semanal é mais esse assim, de acompanhamento, de ir a secretaria quando precisa, quando algum professor tem alguma duvida que marca a gente recebe, mas em relação aos encontros esses são mensalmente. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

Então, depois das formações do PNAIC nós realizamos um trabalho de acompanhamento e colaboração para com os professores. Então, toda semana é realizado um monitoramento das rotinas, né?[...] Então, as sequências didáticas elas são apreciadas por mim no inicio da semana e quando necessário nós fazemos alguns acréscimos com vistas a melhoras e no final nós sentamos e fazemos a avaliação dos alunos que atingiram ou não os objetivos referentes aos direitos de aprendizagem durante aquela semana. (Orientadora 02. Entrevista cedida dia 29 de Julho de 2016).

A coordenadora mostra que seu trabalho exige domínio dos meios de comunicações visuais, visto que esta gerencia o Sispacto que é o sistema de monitoramento do PNAIC através do site do SIMEC¹² (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle). Portanto, é responsável pela inserção dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores no Sispacto, em prazo estabelecido pelo MEC. Outra atribuição dos coordenadores que não foi enfatizada por tal coordenadora refere-se ao acompanhamento da aplicação das Provinhas Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), conforme mostra o caderno de apresentação do PNAIC (BRASIL, 2012).

As orientadoras de estudo relatam que seus trabalhos de formações acontecem mensalmente, porém, semanalmente acompanham o trabalho das professoras alfabetizadoras através de visitas as escolas, monitoramento e elaboração das rotinas e das sequencias didáticas a serem trabalhadas durante a semana e alimentação do Sispacto, pois os professores e orientadores também precisam alimentar o sistema. Para ser orientador de estudo é necessário que o profissional atenda aos seguintes requisitos: I – ser professor efetivo da rede pública de

¹² Conforme pode ser averiguado no site do SIMEC: <http://simec.mec.gov.br>. Nesse site, o coordenador com seu CPF e senha os professores e orientadores do PNAIC também podem utilizar essa ferramenta.

ensino; II – ter sido tutor do Pró-Letramento ou ter participado do PNAIC nos anos anteriores; III – ter disponibilidade para dedicar-se ao curso e à multiplicação junto aos professores alfabetizadores (BRASIL, 2012, p. 44). Caso o município não disponha de professores que tenham participado do Pró-Letramento ou do PNAIC dos anos anteriores será levado em consideração quesitos como: ser efetivo, licenciado em pedagogia e atuar a mais de três anos nos anos iniciais do ensino fundamental. Para ministrar as formações junto aos professores alfabetizadores do PNAIC primeiramente os orientadores de estudo recebem uma formação para então, realizar as formações com os docentes.

Quanto à essas formações foi indagado às educadoras como estas são realizadas, houve contradições nas respostas uma vez que, as orientadoras ressaltam que as formações do PNAIC, junto aos professores, aconteciam mensalmente. Entretanto, todas as professoras alfabetizadoras e a coordenadora afirmam que essas formações eram realizadas quinzenalmente. Estas expõem:

As formações do PNAIC aconteciam uma vez mensais, mas assim, acabou o ciclo de 2015, acabaram as formações ai só se ele for reaberto novamente. [...] Mas, a formação acontece quando o PNAIC estiver acontecendo, no caso agora mesmo elas não estão acontecendo. (Orientadora 01. Entrevista cedida dia 16 de Junho de 2016).

Nós não estamos vivenciados o PNAIC até então nesse ano de 2016. No entanto, eram mensais, uma vez ao mês. (Orientadora 02. Entrevista cedida dia 29 de Julho de 2016).

Dependendo dos cadernos das horas porque tem o total de horas para cada caderno às vezes em oito horas às vezes quinzenal às vezes mensal. (Coordenadora 1. Entrevista cedida no dia 03 de agosto de 2016).

Essas formações são realizadas em encontros presenciais com as coordenadoras do PNAIC daqui do município, elas vão até João Pessoa né, lá participam do encontro com os coordenadores de lá do PNAIC e aqui elas vêm e fazem as aulas com a gente né, a gente recebe os materiais, os livros e é quinzenal o encontro do PNAIC quando tá acontecendo (Professora 1. Entrevista cedida no dia 07 de junho de 2016).

Percebe-se, portanto, que existem divergências entre as respostas das orientadoras da coordenadora e das professoras, no entanto, realmente as formações sugeridas pelo PNAIC de acordo com o caderno de apresentação (BRASIL, 2015) devem acontecer mensalmente. Na oportunidade foi perguntado o tempo de duração do curso e o que necessariamente trabalha-se nessas formações. No que tange o tempo de duração das formações apenas a coordenadora respondeu condizente ao que é estabelecido pelo PNAIC, as demais entrevistadas umas

afirmavam não saber, solicitando perguntar justamente a coordenadora e outras respondiam tentando adivinhar a resposta. Sendo tal realidade visível nas seguintes falas,

as formações continuada do PNAIC são realizadas [...] através de cursos presencias. Primeiro ano enfatizou a linguagem e o segundo a Matemática sendo que em cada ano a duração e de 120 horas. (Professora 6. Entrevista cedida no dia 16 de junho de 2016).

O tempo de duração do ano de 2013 foi á de 2014 foi 160 e o ano passado foi 80 horas. (Coordenadora 1. Entrevista cedida no dia 03 de agosto de 2016).

Vê-se, portanto, que a coordenadora tem conhecimento do tempo de duração das formações a serem desenvolvidos com os professores alfabetizadores. Por outro lado, existe a falta desse conhecimento tanto das orientadoras quanto das professoras. Visto que, o documento orientador do PNAIC é claro quando diz, “em 2013, os professores participaram de um curso com carga horária de 120 horas, [...] Em 2014, a duração do curso será de 160 horas [...]” (BRASIL, 2014, p. 02). Ressaltando que no ano de 2013 objetivou-se a articulação entre os diferentes componentes curriculares, com foco em Linguagem, no ano de 2014 procurou-se aprofundar os temas trabalhados em 2013. No ano de 2015, houve, como mencionado no capítulo anterior, um atraso no início das formações, contabilizando assim, apenas 80 horas anuais incluindo as atividades extraclasses. A ênfase no ano de 2015 foi a integração entre as diferentes áreas do conhecimento como: Arte, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Conforme, (BRASIL, 2015). Quanto ao que se trabalha nas formações é notório que existe uma instrumentalização para apenas a replicação do que é trabalhado nas formações. Conforme a seguinte fala,

tem um livro, ai vem dizendo tudo o que é para trabalhar, todos os assuntos, por exemplo, matemática vem trabalhar a adição, subtração, trabalhar centena, dezena e unidade tudo de forma bem dinamizada com muitos jogos, excelente, muita leitura, tem uns textinhos que eles passam para a gente, explica como trabalhar com esse material em sala de aula [...] (Professora 2. Entrevista cedida no dia 09 de junho de 2016).

As formações visam à melhoria da prática docente. Por isso, são desenvolvidas junto às professoras algumas atividades para que estas possam aplicar em sala de aula, e no encontro seguinte socializar com as colegas de trabalho como aconteceu o desenvolvimento de tais atividades, se foi possível ou não atingir os objetivos propostos. Assim, nas formações as orientadoras juntamente com as professoras desenvolvem um trabalho de planejamento das

aulas e das atividades a serem realizadas em sala. (BRASIL, 2012). No entanto, os conteúdos trabalhados nas formações oferecidas as docentes a serem desenvolvidas em sala de aula são praticamente uma replicação do que é trabalhado nas formações, tornando-se assim, uma perspectiva de formação muito pragmática, funcional, preponderantemente de reprodução do planejamento a transposição do conteúdo e isso fere tanto a autonomia, quanto a politicidade do ato educativo.

Nesta forma de compreender o processo de formação do educador é preciso, sobretudo, que “na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o *formador* é o sujeito em relação a quem me considero o *objeto*, que ele é o sujeito que *me forma* e eu, o objeto por *ele formado*” (FREIRE, 1996, p. 22-23). Objeto do conhecimento são as potencialidades do sujeito, e ler é por excelência um meio de chegar ao objeto do conhecimento que lhe expande enquanto sujeito no coletivo e com o coletivo. É a referência, o norte da relação educando educador, e educador é aquele que aprende e educando e aquele que também ensina. Assim, a função do educador é dialogar com o sujeito que está em processo de alfabetização, oferecendo a estes situações e instrumentos concretos que faça com que ele se alfabetize. Por isso, que a alfabetização é um processo que ocorre de dentro para fora, isto é, parte do próprio sujeito analfabeto, o qual tem a colaboração do educador. Pois, ensinar não pode ser um processo de transferência de conhecimentos do educador ou do educando. Mas é um processo no qual o educador deve criar possibilidades para desenvolver aprendizagens significativas, pois é na interação professor e aluno que a aprendizagem é construída e reconstruída.

Diante do exposto, vê-se que essas discussões envidadas até aqui respondem centralmente a questão de pesquisa desse trabalho. Uma vez que, fez-se relevante analisar as representações sociais das professoras alfabetizadoras bem como, das orientadoras de estudo e da coordenadora pedagógica do PNAIC relativo às suas práticas educativas para com o processo de alfabetização dos discentes nos três primeiros anos do ensino fundamental. A partir de então, foi possível compreender como tais profissionais desenvolvem suas práticas pedagógicas em sala de aula a partir do que lhes é imposto por um Programa de alfabetização. Assim sendo, pode-se afirmar com clareza que tais práticas educativas seguem preponderantemente as metodologias de alfabetização e letramento estabelecidas pelo PNAIC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos percebe-se que os debates conceituais sobre alfabetização e letramento são importantes na medida em que apontam-se caminhos para se compreender a realidade das práticas docentes para com o trabalho de alfabetização das crianças e para fazer uma correlação entre a proposta do PNAIC e as ações pedagógicas das professoras alfabetizadoras, dos três primeiros anos do ensino fundamental na escola pública. Isso porque, as práticas de alfabetização atualmente no país têm sido esvaziadas ou distanciadas de perspectivas mais críticas de empoderamento e conscientização dos educandos quanto a suas potencialidades de transformação do mundo. Assim, tal pesquisa refere-se as ações inerentes à prática educativa das educadoras entrevistadas a partir de uma proposta de alfabetização estabelecida por uma Política Nacional de Alfabetização.

Buscou-se compreender então, as possíveis implicações que o Programa do PNAIC exerce sobre as práticas pedagógicas dos professores em sala de aula, analisando assim, como tais práticas acontecem e demonstrando que as docentes desenvolvem seus trabalhos seguindo preponderantemente a metodologia do PNAIC e, por consequência direcionando suas práticas a um ensino despolitizado, distanciando-se da metodologia freireana. Ressaltando que, o propósito aqui não trata-se, portanto, de dizer qual o método melhor, ambos são bons, independentemente das divergências entre eles um não é melhor ou pior que o outro, são diferentes. Trata-se, do abandono, porque temos uma cultura de descontinuidade nas políticas públicas na educação brasileira por “n” fatores, o fato é que essas descontinuidades acabaram por preterir uma estratégia consistente, referencial que é a pedagogia freireana, mesmo que essa metodologia tenha sido desenvolvida para a Educação de Jovens e Adultos. Isso porque o procura-se enfatizar nesse estudo é o sentido de base, não é uma replicação, uma transposição da estratégia freireana de alfabetização tal qual foi proposta para os alunos da Educação de Jovens e Adultos. Ou seja, é partir da concepção freireana guardando suas proporções de complexidade para dentro da dinâmica de alfabetização das crianças dos primeiros anos.

Assim, Percebendo a complexidade da questão pesquisa relativo de que modo a alfabetização preconizada pelo PNAIC vem sendo implementada, no município de São José de Piranhas - PB, discussões como esta, torna-se relevante diante da ausência de uma reflexão das docentes para com um ensino que privilegie a leitura como meio pelo qual o sujeito lida com o objeto do conhecimento, expande as suas capacidades cognitivas e as fronteiras da formação da criticidade. Objeto do conhecimento esse que não ver a alfabetização como mero fenômeno de decodificação do código escrito ele ver a alfabetização como uma estrutura

cognitiva superior que possibilita o educando ser capaz de dominar aquilo que domina os dominadores. São, portanto, as potencialidades do sujeito ler como um meio de chegar ao objeto do conhecimento que lhe expande enquanto sujeito no coletivo e com o coletivo.

Por outro lado, as educadoras mostram-se ter uma consciência sistemática ao desenvolver suas práticas valorizando o desenvolvimento do SEA através de estratégias voltadas especificamente para a ação de planejar as atividades, as rotinas diárias, ao trabalhar com atividades permanentes e com sequências didáticas, buscando dar conta da tarefa de alfabetizar letrando as crianças até os oito anos de idade; como preconiza o PNAIC. Porém, necessitam desenvolver suas práticas além, do alfabetizar letrando na perspectiva de adaptar-se e utilizar-se da leitura e da escrita, no processo de alfabetização que busque a transformação da realidade.

Diante dessa constatação, faz-se necessário que o processo de alfabetização e letramento seja desenvolvido de modo que ultrapasse as práticas sociais e as relações de poder. Ao fazer isso, os docentes atuaram de forma crítica capazes de refletirem sobre suas ações em sala de aula para então, se buscar metodologias de ensino que deem conta da complexidade existente no processo de alfabetização de crianças em processos de desenvolvimento da leitura em idade certa. Isso porque práticas educativas de qualidade tornam-se possíveis quando o docente não se prende a um único percurso metodológico prescrito a ser seguido instrumentalmente. É preciso, portanto, professores capacitados, engajados e que procurem estar sempre se formando, construindo sua própria prática docente, considerando que é formador direto no processo de concepção do ensino aprendizagem dos educandos.

Desse modo, esse estudo mostra que as docentes alfabetizadoras desenvolvem suas práticas pedagógicas de forma limitada, reduzida seguindo apenas uma ação estabelecida por um Programa educacional, mesmo algumas considerando que com tal Programa o professor perde a autonomia, limitando tanto às possibilidades de desenvolvimento de suas práticas educativas no processo de alfabetização quanto as aprendizagem de seus educandos. Assim, tendo em vista, a necessidade da ampliação dos estudos nessa área pesquisada, tem-se o interesse de ampliar a pesquisa nessa linha de estudo em uma possível pós-graduação. Buscando investigar cada vez mais a atuação do docente no processo de alfabetização das crianças como também, acompanhar os impactos de tal Programa e suas eventuais modificações estruturais e os sentidos que revelem tais modificações, caso venham tais ajustes institucionais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Lapa de. A supervisão em um dos polos de formação do pacto nacional pela alfabetização na idade certa – PNAIC (2013-2014) em Santa Catarina. In: SILVEIRA, Everaldo. (Org). et al. **Alfabetização na perspectiva do letramento: letras e números nas práticas sociais**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2016. P. 31 - 43.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. NEIDE, Aparecida de Sousa Lehfeld. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Manual da Rede Nacional de Formação Continuada**. Brasília: MEC/SEB, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Planejamento Escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa: ano 1 : unidade 2 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional**. - Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **planejando a alfabetização; integrando diferentes áreas do conhecimento**: projetos didáticos e sequências didáticas: ano 1, unidade 06/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Formação do professor alfabetizador**: caderno de apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. - Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **A organização do planejamento e da rotina no ciclo de alfabetização na perspectiva do letramento**. ano 2: unidade 2 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. - Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º ano) do ensino fundamental**. Brasília. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 14-10-15.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Documento**

Orientador Pacto. Coordenação de Formação Continuada de Professores. DAGE/SEB/MEC Janeiro 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. **Caderno de Apresentação** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização.** Caderno 03 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **A criança no ciclo de alfabetização.** Caderno 2 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. - Brasília: MEC, SEB, 2015.

BRASIL. **Lei N° 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 14/10/2015.

BRASIL. **Lei N°11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Lei/11274.htm. Acesso em: 14/10/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia geral do Pró-Letramento.** Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6268-guia-geral-1&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14/10/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Toda criança aprendendo.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me001798.pdf>. Acesso em: 14/10/2015.

BRASIL. Gestão Educacional. - Brasília: MEC, SEB, 2012. **Diário oficial da união** – seção 1. Rio de Janeiro, 2012 Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf. Acesso em: 14/10/2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf. Acesso em: 14/10/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. – 37. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. – 49^a. ed. - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. – 8. ed.- Indaiatuba, SP – Vila das Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. – 50. ed.- São Paulo, Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico da escola cidadã**. Construindo a escola cidadã. Brasília: MEC, 1998. (Série de Estudos de Educação a Distância).

GERHARDT Tatiana Engel e SILVEIRA Denise Tolfo; **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20-02-16.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica**. – 3. ed. – Campinas, SP : Alínea, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Alfabetização e letramento**: como negar nossa história. S/D. Disponível em: <http://www.hmconcursos.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/05/GADOTTI-ALFABETIZA%C3%87%C3%83O-E-LETRAMENTO-COMO-NEGAR-ESSA-HIST%C3%93RIA.pdf>. Acesso em: 30-08-2016.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio (Org). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1995, p. 31-61

LIMA, Gerciana Ângela Borém de Oliveira. **Modelos de Categorização**: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. Perspectivas em ciência da informação. v.15, n.2, maio/ago. 2010

MARQUES, Cláudio de Albuquerque, et al. **Programa Alfabetização na Idade Certa**: concepções, primeiros resultados e perspectivas. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. SOFIA, Lerche Vieira. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. – 2. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SANTOS, Carmi Ferraz. MEDONÇA, Márcia. **Alfabetização e letramento**: conceitos e relações. 1^a. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PICOLI, E. S. A.; CARVALHO, E. J. G. **Projeto político-pedagógico**: uma construção “coletiva”? III Encontro de Pesquisa em Educação, I Jornada de Gestão Escolar e XV Semana de Pedagogia – Pedagogia 35 anos: História e Memória. UEM, Maringá, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: caminhos e descaminhos. São Paulo: Artemed Editora, 2004. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso: 06/08/2016.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 25, abr. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso: 06/08/2016.

SOARES, Magda. A reinvenção da alfabetização. Revista Presença Pedagógica. v9.n52. Jul/agos. 2003. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/a-reivencao-alfabetizacao.pdf> Acesso: 11/05/2016.

SOARES. Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES. Magda. **Letramento: uma teoria em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



ROTEIRO DE ENTREVISTA

OBJETIVO:

Analisar as concepções de alfabetização preconizadas pelo PNAIC e sua implementação no município de São José de Piranhas.

PESQUISA:

Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: da teoria às práticas em salas de aulas no município de São José de Piranhas

QUESTÃO DE PESQUISA:

De que modo a alfabetização preconizada pelo PNAIC vem sendo implementada, no município de São José de Piranhas – PB?

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Pseudônimo Escolhido: _____

Formação básica:

Graduação: () Sim () Não - Qual: _____

Especialização: () Sim () Não - Qual: _____

Stricto Sensu: () Sim () Não - Qual/Em que: _____

Tempo de atuação no magistério: _____

Tempo de atuação como docente na escola que trabalha: _____

2. QUESTÕES:

1 - Para você, quais os maiores avanços já conseguidos com a implementação do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa? E como tem ocorrido tal processo?

2- Por gentileza, conte-me um pouco sobre sua rotina profissional semanal comum como Coordenadora, Orientadora de estudo, Professora do PNAIC?

- 3 -** Quais os pontos positivos e negativos de se trabalhar com a proposta do PNAIC?
- 4-** Na sua opinião, quais as competências imprescindíveis para se bem atuar como Coordenadora, Orientadora de estudo, Professora do PNAIC?
- 5 -** Qual o foco do PNAIC para 2016? E como está o planejamento e a implementação de tarefas (e quais tarefas) para tanto?
- 6-** O que é o ciclo de alfabetização?
- 7-** Para você, particularmente, o que significa estar alfabetizado?
- 8 -** No geral, como se dá o processo de alfabetização proposto pelo PNAIC?
- 9-** Quais os procedimentos metodológicos de ensino oferecidos pela proposta do PNAIC você considera indispensáveis para uma aprendizagem significativa dos alunos? Por quê? Tem se garantido uma estrutura nesta direção para a Rede, tendo em vista a finalização um dia do PNAIC? Como?
- 10 –** Os professores alfabetizadores do PNAIC recebem formação continuada? Como são realizadas estas formações? Qual o tempo de duração do curso? E como são organizadas as turmas? Como tem sido os retornos de tais formações?
- 11 –** O que ainda necessita melhorar de modo estrutural na gestão local do PNAIC? E junto aos professores?
- 12-** Como os professores alfabetizadores são selecionados?
- 13 –** Quais os materiais de apoio estão a disposição dos professores e dos alunos?
- 14 -** Como o desenvolvimento das crianças é avaliado quanto à alfabetização empreendida? O que é feito com as crianças que apresenta dificuldades de aprendizagens? Como tem sido esta dinâmica de recuperação/auxílio pedagógico?
- 15 –** Fale de uma experiência significativa que você avalia merecer destaque de sua prática enquanto Coordenadora, Orientadora de Estudo, Professora do PNAIC?

AGRADECIMENTOS

(Registrar a esta altura, no áudio, LOCAL E DATA de realização da entrevista).

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Bom dia (boa tarde ou noite), meu nome é **ANNE JAKELINE GOMES DE LIRA**, eu sou aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande e o/a Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa intitulada **“Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: da teoria às práticas em salas de aulas no município de São José de Piranhas-PB”**

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: As intenções e motivações desse estudo deve-se ressaltar a necessária e devida contribuição da Universidade Pública na contínua referencialização do ensino superior por intermédio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, nesse caso, desdobradas nas frentes de trabalho da iniciação científica. O objetivo dessa pesquisa é analisar as concepções de alfabetização preconizadas pelo PNAIC e sua implementação no município de São José de Piranhas.

O(Os) dado(s) serão coletados da seguinte forma: o/a Sr.(a) irá responder um formulário de entrevista que aborda pontos relacionados ao modo que a alfabetização preconizada pelo PNAIC vem sendo implementada, no município de São José de Piranhas-PB

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Embora eu tenha o máximo de cuidado para com seu bem-estar é possível um eventual desconforto com as questões a lhe serei perguntadas ou, até mesmo, uma compreensão de sua parte de possível má interpretação de dados de minha parte. Entretanto, em todas as etapas dessa pesquisa, serão envidados todos os esforços possíveis para evitar riscos tais quais: constrangimentos, má interpretações nas análises e para com conclusões que não correspondam proporcionalmente a sua compreensão da dinâmica de trabalho em relação ao meu objeto de estudos. Como uma das garantias, sua confidencialidade será assegurada via pseudônimo que será escolhido por você para sua identificação entre os sujeitos desse estudo e os dados revelados aqui serão tratados com absolutos padrões éticos, conforme Resolução CNS 466/12.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: A participação do/da Sr.(a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior, tendo

em vista que a presente pesquisa não tem a finalidade de realizar diagnóstico específico para o senhor, e sim identificar fatores gerais da população estudada. Além disso, como no formulário não há dados específicos de identificação do/da Sr.(a), a exemplo de nome, CPF, RG, etc., não será possível identificá-lo posteriormente de forma individualizada.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: O/A Sr.(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O/A Sr.(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de prestação de serviços. Os/As pesquisadores/pesquisadoras irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais podendo ser utilizados apenas para a execução dessa pesquisa. O/A Sr(a) não será citado(a) nominalmente ou por qualquer outro meio, que o identifique individualmente, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao/a Sr.(a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para o/a Sr.(a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Não é previsível dano decorrente dessa pesquisa ao/a Sr.(a), e caso haja algum, não há nenhum tipo de indenização prevista.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE: Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. O/a pesquisador/pesquisadora _____ certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, no que se refere a minha identificação individualizada, e deverão ser tornados públicos através de algum meio. Ele compromete-se, também, seguir os padrões éticos definidos na Resolução CNS 466/12. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar o professor orientador **Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes**, através do telefone 83 99914 2019. Além disso, fui informado que em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo poderei consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores, sito à Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - Tel.: (83) 3532-2000 CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Participante da Pesquisa	Data

_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data

